



Anais da Assembléia

Nº 79

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE JUNHO DE 1993.

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kietse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdír Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caíto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 58.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1993**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Geraldo Cartário, Secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Aníbal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Tensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Osvaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (48). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: César Silvestri, Carlos Simões, Domingos Carvalho, Élio Rusch, Nereu Alves de Moura e Renato Adur (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM N° 027/93

Curitiba, 15 de junho de 1993.
Senhor Presidente.

Através da presente, venho solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, no período compreendido entre 21 a 28 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da

Curitiba, quinta, em 17.06.93

América do Norte, a fim de, em Nova Iorque, tratar de assuntos de interesse do Estado, bem como, atendendo convite, proferir conferência.

Outrossim, solicito, também, autorização para viajar ao Equador, a fim de, em Quito, proferir conferência e, igualmente, tratar de interesses do Estado do Paraná, no período de 10 a 20 de julho próximo.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N° 028/93

Curitiba, 15 de junho de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa proposta de modificação ao Projeto de Lei n° 130/93 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para 1994, encaminhado através da Mensagem de n° 009/93 de 14 de abril de 1993.

A finalidade da presente proposta é incorporar ao Orçamento Geral do Estado, o Orçamento do Fundo de Previdência do Estado, para permitir o conhecimento da totalidade dos recursos geridos pelo referido Fundo, bem como de suas aplicações, de acordo com o estabelecido na Lei Estadual n° 10.219 de 21 de dezembro de 1992.

Certo de poder contar com atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO AO PROJETO DE LEI N° 130/93, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 1994, ENCAMINHADO ATRAVÉS DA MENSAGEM DE N° 009/93 DE 14 DE ABRIL DE 1993.

1 - No capítulo II, artigo 4.^o, item III, acrescentar a alínea d, com a seguinte redação:

"d) do Fundo de Previdência do Estado, a que se refere a Lei Estadual n° 10.219 de 21 de dezembro de 1992."

2 - No Capítulo III, acrescentar a Seção V, com a seguinte redação:

"SEÇÃO V

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO

Art. ... - O Orçamento do Fundo de Previdência do Estado, compreenderá as suas receitas próprias de contribuições e de aplicações financeiras, devendo as mes-

mas serem aplicadas exclusivamente para pagamento de despesas previstas nos artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 10.219 de 21 de dezembro de 1992."

3 - No Capítulo V, artigo 30, acrescentar o item VII, com a seguinte redação:

"VII - Não envolvam recursos do Fundo de Previdência do Estado."

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO N° 060/03-GP

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o, cordialmente, encareço sejam tomadas as devidas providências diante do não-atendimento ao Pedido de Informações encaminhado por este Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, em data de 14 de maio próximo passado, através do Ofício nº 1811/93/DA/CEA/SC.

Seque em anexo cópia do referido expediente que versa sobre a "grilagem" de terras na Região Noroeste do Estado do Paraná.

Certo da atenção da Mesa Executiva, antecipo votos de agradecimentos, renovando protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

OFÍCIO N° 061/93-P/MC

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
N° 175-2/600

REQUERENTE: Governador do Estado do Paraná

REQUERIDA: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, em sessões plenárias realizadas nos dias 17 de março e 03 de junho do corrente ano, nos autos do processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão:

"Por votação unânime, o Tribunal julgou improcedente a ação, para declarar a constitucionalidade do § 7º do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná. Também por igual votação, julgou procedente a ação, para declarar a inconstitucionalidade dos arts. 46 e 55 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. E, por maioria de votos, julgou procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade do inciso XVIII de suas letras a e b, e do inciso XXI, ambos do art. 34 da mesma Carta, vencidos os Ministros Néri da Silveira e Sepúlveda Pertence. Ainda, após o voto do Relator (Min. Octavio Gallotti), julgando improcedente a ação para declarar a constitucionalidade dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 56 das Disposições Transitórias, o

julgamento foi adiado em virtude de pedido de vista dos autos, formulado pelo Ministro Néri da Silveira. Ausentes, ocasionalmente, o Ministro Paulo Brossard na Votação dos arts. 55, 56 e seus §§ 1º, 2º e 3º do ADCT, e o Ministro Marco Aurélio, quanto a este último dispositivo; e, justificadamente, o Ministro Sydney Sanches, Presidente. Procurador Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Presidiu o julgamento o Ministro Octavio Gallotti, Presidente em exercício. Plenário, 17.03.93."

"Prosseguindo-se no julgamento, o Tribunal, por maioria de votos, julgou improcedente a ação, para declarar a constitucionalidade do art. 56 e seus §§ 1º, 2º e 3º do ADCT da Constituição do Estado do Paraná, vencido, em parte, o Ministro Marco Aurélio, que declarava a inconstitucionalidade, apenas, do § 3º. Plenário, 03.06.93".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço.

(a) MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI
Presidente

OFÍCIO N° 360/93 G.P./D

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de encarecer a Vossa Excelência a retirada da Ordem do Dia, ao efeito de reexame da matéria, por esta Presidência, do Projeto de Lei nº 013/93, que objetiva a criação dos Juizados especiais para as infrações de menor potencial ofensivo e que adota outras providências.

Certo do habitual atendimento de Vossa Excelência a esta solicitação, renovo meus protestos de elevado apreço.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
Presidente

OFÍCIO N° 2021/93

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 17 de junho, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ROSSONI

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais designa o (s) Deputado (s) ADEMAR LUIZ TRAIANO, do PTB, para integrar Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as

condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias, constituída através de ato sob n° ..., da Presidência da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO
Líder da Bancada do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 262/93, que altera o artigo 1° da Lei n° 9229 de 23.04.90.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1926

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 259/93 o qual autoriza estudos e projeto de pontes internacionais.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o projeto de lei n° 234/93, de autoria do Poder Executivo, que cede parte de um imóvel do Estado, ao Município de Rolândia para Instalação de uma junta de conciliação e julgamento.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO N° 1929

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de Urgência para os Projetos de Lei n°s 252/93 (Mensagem n° 023/93); 253/93 (Mensagem n° 024/93); 254/93 (Mensagem n° 025/93); 255/93 (Mensagem n° 026/93).

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 1931

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Curitiba, quinta, em 17.06.93

REQUER, após ouvido o Plenário, seja considerado em Regime de Urgência, o Projeto de Lei n° 234/93, oriundo da Mensagem n° 21/93, que autoriza a doação, para o Município de Rolândia, imóvel de propriedade do Estado, a fim de que lá seja instalada uma junta de Conciliação e Julgamento.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2000

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 203/93, de 25 de maio de 1993, da sua autoria, que modifica o artigo 1° da Lei Estadual n° 9.510, de 30 de junho de 1987, que declarou de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Pais, Menores e Educadores.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário a Preferência de votação para a Discussão Única do Projeto de Decreto Legislativo n° 01/93, constante da Ordem do Dia desta Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ARLINDO TROIAN

REQUERIMENTO N° 2018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1989

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja retirado por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei n° 184/93 de minha autoria, que dá nova redação ao inciso I do Art. 4° da Lei n° 8.084 de 05 de junho de 1985 (ICMS).

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 1997

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, em nome da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja retirado por dez sessões o Projeto de Lei n° 013/93, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que cria o Juizado Especial para as infrações penais de menor potencial ofensivo e adota outras providências.

Cumprе justificar que esta Comissão acha-se impossibilitada de exarar parecer sobre a matéria sem que antes se ouça o representante do Ministério Público do Estado do Paraná e a Secção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, vale informar que a matéria, de natureza penal, também acha-se em discussão do Senado da República, o que obriga este Poder a discutí-la com a devida cautela e profundidade.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1930

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a alteração do número de representantes, na Comissão Preparatória para a Revisão Constitucional, de modo que sejam incluídos na referida Comissão mais 02 (dois) representantes, sendo o primeiro indicado pela Associação dos Municípios do Paraná e o segundo indicado pelo Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais, restando uma composição numérica total de 11 (onze) membros.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta se faz necessária em face da importância do assunto, principalmente pelo fato de a Constituição refletir-se, na condição de elemento normativo basilar, na totalidade dos aspectos referentes às instituições organizadas da sociedade.

É de se entender que os segmentos que se propõe sejam incluídos, têm relevante participação no universo estatal. Os Muni-

cípios, pela sua condição intrínseca, constituem-se na parcela estatal que mais proximidade guarda com a população, ao passo que os trabalhadores do Estado, por terem uma dupla convivência - com a administração pública e com a população - podem trazer larga contribuição ao campo pertinente.

Assim sendo, entedemos plenamente justificada a alteração proposta, concitando à mesma o apoio dos Senhores Deputados.

REQUERIMENTO N° 2012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a realização de sessão(ões) extraordinária(s) após a presente sessão, tantas quantas forem necessárias, bem como dispensa de interstício, com o objetivo de apreciar, em várias discussões as matérias que necessitem ter sua tramitação finalizada.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 2013

Senhor Presidente.

Os Deputados subscritores do presente, no uso de suas atribuições, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a transformação da Assembléia em Comissão Geral, a fim de emitir parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 01/93, que trata de autorização para afastamento do Governador, em viagem para o exterior conforme especifica.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, DIRCEU MANFRINATO, CLEITON KIELSE, LUIZ CARLOS ZUK, EURIDES MOURA, JOÃO IENSEN, OSWALDO TREVISAN, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, GERALDO CARTÁRIO, BASÍLIO ZANUSSO, LOURENÇO FREGONESE, ERONDY SILVÉRIO, TOTI COLAÇO, LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, DALTON MACHUCA, DUILIO GENARI, ALCEU SWAROWSKI e ARLINDO TROIAN.

REQUERIMENTO N° 1918

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Odete Pedro de Castro, ocorrido dia 15 próximo passado, na cidade de Ponta Grossa.

A Sra. Odete era esposa do Sr. Romeu de Castro, comerciante bem sucedido da cidade de Ponta Grossa.

A sociedade ponta grossense, veio a perder uma pessoa de grande vulto, que olhava pelo irmão desamparado.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1920

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, vem apresentar voto de pesar pelo falecimento do Funcionário, desta Casa de Leis, Doutor OSVALDO MARQUES.

OSVALDO MARQUES, filho de Joaquim Marques Sobrinho e Orides Spinardi, nasceu em Castro, no dia 11 de maio de 1931.

Descendente de família humilde, iniciou sua vida profissional como caminhoneiro.

Em 22 de janeiro de 1965, foi nomeado funcionário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo assumido suas funções no dia 10 de fevereiro, do mesmo ano.

Sempre eficiente e cumpridor de suas obrigações, até no dia de sua morte prestou serviço, em tempo integral e dedicação exclusiva - como sempre fazia, cumprindo os dois turnos do expediente - sendo encontrado por todos os funcionários da Casa que necessitavam dos seus préstimos em processos funcionais dos quais era responsável pelos pareceres emitidos, na Procuradoria da Casa, até o final do expediente, inclusive no dia do seu falecimento ocorrido à noite.

Durante sua dedicada vida funcional prestou serviços na Secretaria do Trabalho e Assistência Social, Polícia Federal, Departamento de Telecomunicações, - tendo sido alvo de inúmeros elogios - além da Divisão de Patrimônio, Assessoria de Gabinete da 1.^a Secretaria durante o mandato do já saudoso Deputado Gabriel Manoel, Chefe da Sessão de Controle de Material de Consumo, Chefe da Divisão do Almoxarifado, da Divisão de Documentação, deste Poder Legislativo; participou do Grupo de Trabalho para proceder a reavaliação dos bens patrimoniais deste Poder, foi Coordenador de Assessoramento Técnico, da Diretoria Legislativa, desta Casa.

Ingressou na Faculdade de Direito de Curitiba, formando-se Bacharel em Direito, no ano de 1976, passando a Assessor Técnico, de Nível Universitário, em 1981 e, posteriormente, a Consultor Legislativo, cargo que ocupou até a data de seu falecimento, ocorrido em 07 de junho, próximo passado, deixando a pranteá-lo viúva, dois filhos, quatro netos e os colegas que compartilhavam de sua labuta diária, restando uma enorme lacuna da qual todo o Poder Legislativo se ressentirá.

Outrossim, solicito que a decisão do Plenário seja comunicada à Família enlutada.

Confio poder contar com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a consignação em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do 2° Tenente da Polícia Militar Senhor JOSÉ PREGENTINO DOS SANTOS, oficial integrante do Comando do 11° Batalhão da Polícia Militar do Estado em Campo Mourão, ocorrido no dia 15 do corrente.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora LUCY PONTAROLLI FARINHAKI, ocorrido no dia 15 de junho próximo passado, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

LUCY PONTAROLLI FARINHAKI, viúva do Senhor José Farinhaki, deixa três filhos, sendo um deles José Carlos Farinhaki, Presidente do Clube Atlético Paranaense.

Empenhou toda sua dedicação como mãe e ao seu lar, deixando um vazio, em todos os que a conheceram e no seio de sua família, que jamais será preenchido.

REQUERIMENTO N° 2006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Alceu Alves Cordeiro, ocorrido no dia 15 de junho, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Nesta vida, a condição de educar filhos a custa do trabalho assalariado representa um fator importante no contexto social. Em sua vida, Alceu Alves Cordeiro, foi um homem comum, com seu relacionamento normal, sua vida integrada a um convívio familiar dos mais respeitáveis, onde procurou sempre ampliar suas amizades. O exemplo do honroso passado é um dos seus filhos, o atual Diretor Presidente da TELEPAR, Doutor PAULO ROBERTO CORDEIRO, figura conhecida da Sociedade Paranaense.

Pela amizade que desfrutamos, com Doutor Paulo Roberto Cordeiro, queremos,

também, nos solidarizar com a dor que está sentindo, juntamente com todos os seus familiares.

REQUERIMENTO N° 1964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER a inserção em ata de voto de congratulações à MOCIDADE CATÓLICA MOURÃOENSE - MOCAM, que ontem 16 de junho, comemorou o transcurso do 20° aniversário de sua fundação.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A MOCAM ontem comemorou 20 anos de profício trabalho prestado à juventude católica de Campo Mourão. Responsável por inúmeras promoções e eventos, muito tem contribuído para o conagraçamento da juventude mourãoense.

Despertando a consciência da juventude e da comunidade para o potencial do jovem local e da região, foi responsável pelo surgimento de grandes lideranças daquela cidade.

REQUERIMENTO N° 1965

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em ata de voto de congratulações à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CAMPO MOURÃO - ACICAM, pelo transcurso no próximo dia 27 de junho, do 40° aniversário de sua fundação.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de votos de congratulações ao "JORNAL TRIBUNA DE SÃO JOSÉ, pela passagem do seu 36° aniversário, dando ciência ao proprietário Senhor ELON BONIN, e ao Redator-Chefe, Senhor RENÊ MIRANDA.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

O presente matutino de propriedade do Senhor ELON BONIN sob direção do competente Redator-Chefe Senhor RENÊ MIRANDA, conquistou seu espaço como veículo de comunicação ágil e dinâmico sempre voltado às causas populares e de toda a Sociedade Paranaense.

REQUERIMENTO N° 1999

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos votos de congratulações nos Anais deste Poder Legislativo à Prefeitura Municipal de Pinhais, pela realização do Seminário S.O.S. Mananciais, no dia 03 de junho próximo passado.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Realizado no dia 03 de junho último, o Seminário SOS Mananciais alcançou plenamente os objetivos preconizados. Conseguiu mostrar, de forma clara, pelo documentário, palestra do Professor Salamuni e debates, os muitos problemas ambientais que o município de Pinhais enfrenta e que precisam de urgentes soluções para evitar prejuízos maiores à natureza e, em especial, aos mananciais de água que abastecem a Região Metropolitana de Curitiba.

Ao cumprimentar a Prefeitura Municipal de Pinhais pela iniciativa de chamar a comunidade e as autoridades para discutir os problemas dos mananciais, queremos também hipotecar o apoio deste Poder Legislativo às propostas de soluções que nasceram dos debates realizados.

REQUERIMENTO N° 2004

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná votos de congratulações ao jornal Tribuna de São José dos Pinhais, pela comemoração dos seus 36 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 18 de junho de 1957, o jornal TRIBUNA DE SÃO JOSÉ é considerado órgão oficial dos municípios de São José dos Pinhais e Agudos do Sul.

Filiado à Associação Brasileira dos Jornais do interior, a Tribuna circula diariamente, de terça-feira a sábado, em toda a Região Metropolitana de Curitiba.

A Tribuna de São José dos Pinhais é veículo comprometido com a imprensa séria e correta e tem prestado importantes serviços, na sua área, à população dos municípios em que circula.

Que esta proposta enseje os cumprimentos do Poder Legislativo a todos os funcionários da Tribuna de São José dos Pinhais que, direta ou indiretamente, concorrem para o grande êxito em que se constitui aquele empreendimento jornalístico, especialmente o seu proprietário, Senhor Elon Bonin, e o seu redator-chefe, jornalista Renê Miranda.

REQUERIMENTO N° 2017

Senhor Presidente.

O Deputado Orlando Pessuti, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, o voto de congratulações da Assembléia Legislativa pelo transcurso do 79° ano do Município de Foz do Iguaçu, solicita ainda que dê-se ciência ao Senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

É justo o júbilo dos Deputados Estaduais paranaenses ao associarem-se à população do Município de Foz do Iguaçu, que comemora o transcurso de quase oito décadas de lutas pelo progresso e desenvolvimento de uma das mais ricas e prósperas regiões do Paraná e do Brasil. Considerada como segundo pólo turístico do País, Foz do Iguaçu não é apenas um ponto de lazer de atração mundial, mas constitui importante convergência internacional, estreitando os laços de amizade, culturais e de significativo intercâmbio comercial com o Paraguai e a Argentina, funcionando também como um grande impulsionador do mercado comum regional, denominado MERCOSUL. Ao congratular-mos com a sua população, desejamos acentuar a satisfação dos Deputados Estaduais em constatar que o Município de Foz do Iguaçu vem recebendo os benefícios de uma administração dirigida hoje por um ex-membro desta Assembléia, o Prefeito Dobrandino Gustavo da Silva, atuante parlamentar paranaense que soube engrandecer a função legislativa, da mesma forma que está engrandecendo o povo de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO N° 2011

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência o encaminhamento, à Douta Promotoria de Defesa das Garantias e Direitos Constitucionais, a seguinte:

CONSULTA

No último dia 17, o "Inspetor de Quarteirão" Joel Martins Pereira, acompanhado de mais dois inspetores de quarteirão, lotados na Delegacia de Polícia do Alto Maracanã, no Município de Colombo, ao proceder a entrega de uma intimação, foi morto pela pessoa intimada.

Considerando os dispositivos constitucionais inerentes ao caso e, em especial ao Art. 37, II, IX da Constituição Federal e, especificamente o inciso XXI, § 6°:

"As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos

Curitiba, quinta, em 17.06.93

danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa", apresentamos a essa Douta Promotoria de Defesa das Garantias e Direitos Constitucionais, a seguinte

CONSULTA

"Legalmente, qual é a responsabilidade do Estado perante a morte, em serviço, do "Inspetor de Quarteirão" da Delegacia de Colombo?"

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2008

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência o encaminhamento de apelo, às autoridades ao final especificadas, para que se proceda o imediato retorno às obras de duplicação da Rodovia Regis Bitencourt, BR-116, considerando que:

1. A BR-116, é rodovia de integração nacional, adquirindo importância considerável no trecho que liga o Estado do Paraná ao de São Paulo, por onde trafegam, diariamente, milhares de veículos transportando as riquezas produzidas nos estado do sul;

2. Inúmeros acidentes são diariamente verificados nessa rodovia, pela falta de conservação da mesma e pela falta de pista dupla na última semana, em apenas um acidente foram registradas cerca de trinta mortes;

3. A imprensa tem divulgado que o Ministério dos Transportes justifica a falta de recursos como responsável pela paralização das obras de duplicação e, presentemente, teme esse que a proposta de cortes orçamentários, feita pelo governo da União, venha ameaçar de vez a assinatura de contratos para realização da obra de duplicação;

Encaminha apelo ao Senhor Governador do Estado, aos Senhores Senadores e Senhores Deputados Federais do Paraná, no sentido de que enviem esforços e unam-se na reivindicação, ao Governo Federal, para que, de imediato se retorne às obras de duplicação da rodovia Regis Bitencourt, BR-116. Bem assim para que defendam a realização dessa obra como prioridade para a economia do País, não permitindo que a mesma integre a lista de cortes orçamentários propostos pelo governo federal.

Requer ainda, aprovada a presente proposição, que da mesma se encaminhem cópias ao Senhor Governador Roberto Requião, aos Senhores Senadores e Deputados Federais pelo Paraná.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2009

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, requer a Vossa Excelência, que se proceda o encaminhamento, às autoridades ao final especificadas, da seguinte sugestão e apelo:

CONSIDERANDO: que as estatísticas apontam os acidentes de trânsito como responsáveis por mais de cinquenta mil mortes ano no País, além de milhares de pessoas inválidas ou atingidas por sequelas físicas graves, e ainda os prejuízos materiais incalculáveis;

CONSIDERANDO: que, ano a ano, os números de acidentes, nas rodovias e vias públicas das cidades aumentam e que, entre as causas, a falta de educação e conhecimento das normas de trânsito, pelos motoristas, que aparece como uma das primeiras;

CONSIDERANDO: que, a segurança das pessoas, e da sociedade, é direito constitucional;

SUGERE e APELA, ao Senhor Ministro dos Transportes que, através do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem de Segurança no Trânsito", destinada a esclarecer, educar e alertar os motoristas quanto a necessidade de respeitarem as normas de trânsito para evitarem acidentes.

O número de acidentes, verificados diariamente, justificam o presente pedido. A violência no trânsito das rodovias aumenta a cada instante e as mortes são uma constante assustadora. A população brasileira, hoje, tem verdadeiro pavor de usar as rodovias, em especial as federais, pelo medo de realizarem viagem sem retorno.

REQUER ainda, aprovada a presente proposição, que da mesma se encaminhem cópias aos Senhores titulares do Ministério dos Transportes, do DNER e aos Senhores Deputados Federais e Senadores pelo Paraná, para que possam reforçar o presente apelo, lutando para torná-lo realidade em prol da comunidade paranaense e brasileira em geral.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) ALGACI TÚLI

REQUERIMENTO N° 2010

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência o encaminhamento, da proposição em anexo, aos Excelentíssimos Senhores Governadores dos Estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A proposição em questão tem a forma de apelo para que os quatro Governadores se unam na defesa dos interesses maiores de seus Estados, reivindicando, ao Senhor

Presidente da República e ao Senhor Ministro dos Transportes, a imediata continuação das obras da segunda pista da rodovia BR-116.

O estado precário da rodovia, a falta da segunda pista, são os fatores principais dos acidentes, com vítimas, que ali ocorrem diariamente. Como também pelos prejuízos incalculáveis a nossa economia.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) ALGACI TÚLIO

Senhor Governador.

Os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, têm contribuído com recursos consideráveis para a precária economia do País. A produção agrícola, as riquezas naturais, o comércio com os países vizinhos: Paraguai, Argentina e Uruguai e o Mercosul, que já é realidade, encontram na BR-116 a via de integração. Por ela trafegam diariamente milhares de veículos, dos quais 80% são caminhões.

As condições da BR-116 são péssimas. Com pista simples na maior parte, não oferece estabilidade e segurança, sendo os acidentes com vítimas diários e as paralizações do tráfego uma constante que trás prejuízos incalculáveis à economia do País.

A duplicação da rodovia BR-116 é hoje prioridade para que a Região Sul do Brasil e para integração nacional. Todavia, o Senhor Ministro dos Transportes, Alberto Goldman alerta que "os contratos para as obras de duplicação da pista devem ser assinados somente dentro de um ano". O que pode significar dois anos, ou mais, para a retomada das obras, paralisadas há bastante tempo.

O Paraná, como os demais Estados citados, vem sofrendo pela morte de seus filhos na chamada "Rodovia da Morte". Como vem computando prejuízos em sua economia pela falta de uma segunda pista na BR-116.

São razões estas que nos levam a encaminhar, a Vossas Excelências - Governadores dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - apelo para que se unam em defesa dos interesses maiores dos quatro Estados e, em conjunto com os respectivos Legislativos - Deputados Estaduais e Federais - reivindiquem, junto aos órgãos competentes, e através de representação ao Senhor Presidente da República e Senhor Ministro dos Transportes, a continuação imediata das obras de duplicação da rodovia BR-116.

Na certeza de que Vossa Excelência será sensível a este apelo - que não é nosso, mas da população sofrida dos quatro Estados - externamos nossos votos de fortalecimento e realizações em sua administração.

REQUERIMENTO N° 1934

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Civil do Município de Ortigueira.

A Polícia Civil de Ortigueira necessita, com urgência, de uma viatura para atender e garantir a segurança da população ortigueirense, pois a existente em poder da Delegacia não oferece nenhuma condição de trafegabilidade, prejudicando o bom trabalho realizado pelos policiais civis, tendo em vista a extensão do Município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CEZAR

REQUERIMENTO N° 1935

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Militar do Município de Ortigueira.

A Polícia Militar de Ortigueira dispõe apenas de um veículo Gol em situação precária para atender toda a população do Município, o que prejudica o desempenho do trabalho realizado pelos policiais militares em prol da comunidade.

Assim, objetivando a segurança e a tranquilidade dos moradores é que pleiteamos uma viatura para uso da Polícia Militar de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CEZAR

REQUERIMENTO N° 1922

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Governador Roberto Requião de Mello e Silva, bem como ao Secretário do Trabalho e da Ação Social, Deputado José Durval Matos do Amaral, solicitando a Liberação de Recursos para a construção de uma Creche, no Município de Piên.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A conjuntura atual, faz com que, a mulher como esposa, companheira, ou mesmo como mãe-solteira tenha que buscar recursos financeiros, através de empregos, porém a grande maioria esbarra na condição de mãe, pois não tem onde deixar seus filhos, e diante desse aspecto, o município de Piên vive a exemplos de outros municípios a mesma deficiência, com a falta de recursos para a construção de uma creche, e por essa razão solicitamos que seja enviado um expediente aos Senhores Governador Roberto Requião, e ao Secretário do Trabalho e Ação Social, José Durval Amaral, solicitando a Liberação de Recursos para a construção de uma Creche, no município de Piên.

REQUERIMENTO N° 1923

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao 2° Sargento Idésio Ribeiro da Silva, recentemente empossado como Presidente do Grêmio dos Subtenentes e Sargentos do 9° Batalhão da Polícia Militar, sediado em Paranaguá-Pr.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O sistema moderno de integração, das famílias dos militares a uma vida social mais intensa faz parte dos regimes democráticos, e assim está funcionando junto ao 9° Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, sediado em Paranaguá, o Grêmio dos Subtenentes e Sargentos, cujo principal objetivo da Diretoria recentemente empossada é a construção da sede do Grêmio e também a ampliação do quadro associativo, abrangendo aos Cabos e Soldados.

REQUERIMENTO N° 1924

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de uma Escola Rural, na região de Butiá, no Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Pinhão, que mantém um número grande de Escolas, tanto na área Urbana, como rural, não tem mais condições financeiras de construções de novos estabelecimentos de ensino, e com isso o Prefeito Antenor Hemmig, fica em

dificuldades para atender os constantes pedidos dos moradores da região do Butiá, e assim, solicitamos que seja enviado um expediente ao Doutor Maurício Requião, Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a Construção de uma escola na localidade acima citada.

REQUERIMENTO N° 1925

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a Liberação de Recursos para melhoramentos na escola Estadual Coronel Amazonas, providenciando seu término, no Município de Porto Amazonas.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1932

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora Maristela Requião, Mui Digna Presidenta do PROVOPAR - Ação Social/Pr, solicitando a doação de móveis e equipamentos de escritório a serem utilizados em locais de atendimento social da Prefeitura Municipal de Ortigueira.

Os móveis e equipamentos ora solicitados conforme especificação abaixo - são aqueles considerados dispensáveis pelo BANESTADO e, que certamente serão de grande utilidade em locais de atendimento social da Prefeitura, tais como: creches, centros de convivência para idosos, centros comunitários, etc.

- 02 (dois) arquivos
- 02 (duas) escrivaninhas
- 10 (dez) cadeiras
- 02 (duas) máquinas de datilografia
- 02 (duas) máquinas de calcular.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1933

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente a Ilustríssima Senhora Maristela Requião, Mui Digna Presidente da PROVOPAR - Ação Social Pr, a doação de 500 (quinhentos) cobertores para a Prefeitura Municipal distribuir à população carente do Município de Ortigueira.

A população carente de Ortigueira é duramente atingida pelo frio que assola o Município com o início do inverno, assim

sendo, a doação desses cobertores iria minimizar o sofrimento dessa grande parcela da população ortigueirense.

Sala das Sessões, 17.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1936

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a readequação da estrada vicinal que liga as localidades de Boa Vista, Sertãozinho, Barrinha, Mirim, Pedra Branca e Gleba Aurora - conforme Projeto entregue na SEAB em 09.06.93 - ao Município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Essa importante estrada municipal é de terra, ficando, desse modo, sujeita às intempéries, prejudicando extremamente o escoamento da produção agrícola, bem como dificultando o acesso dos moradores das localidades à sede do Município.

Assim sendo, a readequação dessa estrada é vital para o desenvolvimento econômico e social dessas localidades e do Município de Ortigueira, levando-se em consideração que a população das mesmas tem sua economia calcada, basicamente na agricultura.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1937

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação de escritório modelo na Escola de Contabilidade do Município de Iretama, para que o mesmo venha a ser regularizado junto ao Ministério da Educação e Cultura.

02 - Equipamentos administrativos para o desempenho das atribuições, tais como: munção, material de expediente, máquina de escrever;

03 - Viatura policial (rádio-patrolha);

04 - Aumento do efetivo policial militar.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A situação física atual do prédio que sedia a delegacia de Boa Esperança é caótica. Situada em edifício padrão do Estado, acha-se totalmente comprometida em de-

corrência das inúmeras rachaduras, infiltrações, não oferecendo nenhuma segurança razão maior de sua existência.

Também o efetivo policial para o município é bastante precário, contando apenas com o delegado e um policial militar.

Município com população aproximada de 7 mil habitantes, torna-se impossível um atendimento eficiente na área da segurança pública com sua atual realidade.

Sem viatura, sem cota de combustível, sem munição, sem material de expediente, data vênha o atendimento na área de segurança fica inviabilizado.

Esta é a triste realidade da segurança pública naquele município, sua laboriosa população que paga impostos e, contribui com seu trabalho para o desenvolvimento do Estado, espera providências urgentes e o pronto atendimento às presentes reivindicações.

REQUERIMENTO N° 1938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao excelentíssimo Senhor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a doação de medidas adiante especificadas, a área da educação para o município de Boa Esperança.

- 01 - Construção de oito salas de aula;
- 02 - Cadeiras e mesas para utilização no ensino pré-escolar e jardim de infância.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Boa Esperança conta com apenas uma unidade de ensino, municipalizada no ano de 1992. A administração municipal tem respondido e arcado dentro de suas parcas possibilidades com o ônus do ensino público gratuito.

A construção de oito novas salas de aula ajudariam a dar atendimento aos alunos de pontos mais distantes do município, atendendo ao crescimento da demanda de crianças que anualmente necessitam de vagas para ingresso nos cursos de ensino pré-escolar e primário.

O material permanente destinar-se-á à instalação dos cursos de jardim e pré-primário.

REQUERIMENTO N° 1939

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Senhor Paulo César Fiates Furiatti, Diretor de Crédito Rural e Agroindustrial do

Banco do Estado do Paraná, solicitando o estabelecimento de programa de financiamento a longo prazo de implementos agrícolas para o Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A produção agrícola de grãos do Município de Boa Esperança, consolida-se ano a ano, apresentando posição de destaque na região.

Entretanto, para que a produção possa ser cada vez melhor, há a necessidade de investimentos no setor, principalmente para aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

O cultivo das cultura de soja e trigo exigem grande investimento em insumos e os altos custos, colocam em risco a viabilização do plantio, em decorrência dos preços de mercado serem incompatíveis com os investimentos para obtenção de grandes safras.

O parque de máquinas, com a crescente descapitalização dos produtos, vê-se ano a ano comprometido. A criação de uma linha de crédito para financiamento a longo prazo, tornaria possível a renovação dos equipamentos e o reequipamento indispensável ao atingimento de boas safras.

A preocupação do governo com a produção agrícola do Estado é constante. Vemos diariamente o lançamento de políticas e programas, como por exemplo o Panela Cheia. Considerando o crescimento constante do Banco do Estado, sua imensa disponibilidade de caixa, esperamos que a presente reivindicação da comunidade produtora de Boa Esperança venha a ser atendida.

REQUERIMENTO N° 1940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a adoção de providências que específica, para o município de Boa Esperança.

- 01 - Pavimentação asfáltica para a estrada que liga Boa Esperança à localidade de Paraguaçu;
- 02 - Pavimentação asfáltica para a rodovia que liga Boa Esperança ao Município de Rancho Alegre.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Os trechos referidos de estrada para os quais a comunidade de Boa Esperança requer o asfaltamento, já tem projetos de pavimentação elaborados pelo DER.

A ligação pavimentada por asfalto, en-

tre Boa Esperança e seu principal distrito, Paraguaçu beneficiaria consideravelmente os milhares de moradores que dela se utilizam e, contribuirá de forma efetiva para a consolidação do potencial produtivo da região, fundado na produção de trigo e soja, onde desponta como um dos maiores produtores da região de Campo Mourão.

Já a ligação por pavimento asfáltico entre o município de Boa Esperança e o município de Rancho Alegre, constitui o atendimento a antiga reivindicação de ambas comunidades.

Facilitando o escoamento da safra entre os dois municípios e fazendo a interligação de dois importantes produtores agrícolas regionais.

Com um trecho de aproximadamente 20 Km, canalizará para si o transporte da produção regional e, contribuirá de forma inequívoca para o desenvolvimento dos municípios e região.

REQUERIMENTO N° 1941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando medidas que especifica, para o município de Moreira Salles.

- 01 - Construção e implantação de pronto-socorro ambulatorial;
- 02 - Aquisição de aparelho radiológico;
- 03 - Implantação de mini-postos de saúde, nas localidades de Jamaica, IV Medição, Barra Bonita e Tropical;
- 04 - Centro de Saúde em Vila Gianello.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Moreira Salles conta com apenas um hospital particular que oferece recursos mínimos de atendimento, na área de pronto socorro e ambulatório.

A implementação de um serviço de pronto-socorro ambulatorial em Moreira Salles torna-se imprescindível, dando melhores condições de atendimento e brevidade aos problemas de saúde das classes menos favorecidas e totalmente dependentes da assistência do Estado.

Não dispondo de laboratório de Raio-X, os exames precisam ser feitos em outros municípios da região, gerando despesas onerosas aos cidadãos e ao município no atendimento de pessoas carentes, portanto, necessária a aquisição do referido aparelho.

As comunidades de Jamaica, IV Medição, Barra Bonita e Tropical, integrantes do município de Moreira Sales, distam consideravelmente da sede do município e, a

grande maioria de seus habitantes são trabalhadores rurais. A carência de recursos, de meios de transporte dificulta muito o acesso dos mesmos aos serviços de saúde. A descentralização requerida, facilitará o atendimento médico, desafogando o posto central de saúde da sede que não dispõe de recursos para atendimento da demanda.

Vila Gianello vive o mesmo tipo de dificuldade e realidade, justificando-se portanto o atendimento a sua justa pretensão.

REQUERIMENTO N° 1942

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Sr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a adoção de medidas que adiante especifica, para o Município de Moreira Sales.

- 01 - Instalação de laboratório de Análises Clínicas;
- 02 - Aparelho de luz fotopomerizável, amalgamador automático e equipamentos odontológicos, para equipar o Centro de Saúde Municipal;
- 03 - Seis refrigeradores para conservação de vacinas.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Como todos os demais municípios do Estado, Moreira Salles também contribui para o orçamento do Paraná via arrecadação de tributos estaduais.

Como todos os demais municípios do Estado, espera reciprocidade através da devolução via serviços públicos, em especial na área da saúde pública. Assim sendo encaminha a presente reivindicação, que tem procedência e encontra justificativa nos seguintes argumentos: é grande o ônus enfrentado pela administração pública municipal, que arca mensalmente com considerável quantia destinada ao pagamento de exames laboratoriais de sua população em laboratórios particulares.

O atendimento odontológico prestado à população carente de Moreira Salles muito deixa a desejar em decorrência da falta de equipamentos mínimos indispensáveis à prestação do atendimento. O deferimento da presente solicitação muito contribuirá para o oferecimento deste serviço, aos necessitados, amenizando os problemas da saúde bucal através de efetivo combate à cárie dentária.

Toda e qualquer despesa ou investimento do setor público na área da saúde pública deve ser valorizado. O Estado através de campanhas de vacinação anuais

realiza grandes investimentos e, as vacinas por seu elevado custo e por sua importante destinação social precisam ser conservadas. Infelizmente, o Município de Moreira Salles não conta com estrutura apropriada à conservação de vacinas, razão pela qual espera ver esta solicitação prontamente atendida.

REQUERIMENTO N° 1943

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Deputado José Afonso Júnior, Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a implantação de praças de esporte nas localidades de Paraná D'Oeste e Vila Gianello, no município de Moreira Salles.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A inexistência de recursos financeiros locais, não permitem à grande maioria das administrações municipais o oferecimento de alternativas para a prática de esporte e lazer aos seus concidadãos.

A prática esportiva, reconhecidamente desempenha importante papel na formação disciplinar e na constituição física do jovem e do indivíduo em geral.

Garantido constitucionalmente o lazer, é fundamental que as autoridades governamentais, gestora dos recursos públicos viabilizem e possibilitem sua prática às comunidades mais carentes.

REQUERIMENTO N° 1944

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a adoção de medidas que adiante especifica, para o município de Moreira Salles.

- 01 - Construção de abatedouro municipal;
- 02 - Implantação de Centro de Produção Animal;
- 03 - Implantação de projeto de Reflorestamento Energético.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Indiscutível a competência e capacitação dos técnicos que compõem o quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Dentro desta realidade nada mais natural que os municípios do Estado recorram àquela pasta, no encaminhamento de pedidos de solução dos

problemas do setor agrícola e do abastecimento.

Moreira Salles, tem como base de sua economia a agricultura e a pecuária, praticada por pequenos produtores, necessitando portanto da intervenção da Secretaria da Agricultura, no processo de crescimento da produção, na diversificação de alternativas e na comercialização de seus produtos.

A construção do abatedouro municipal aqui solicitado objetiva a regularização da matança e comercialização de animais para consumo dos habitantes do município e região, em condições de higiene, sem o risco de contaminação decorrente da matança para consumo em matadouros particulares. A existência de um matadouro municipal permitiria ao serviço de vigilância sanitária uma atuação concentrada e eficiente, garantindo aos consumidores um produto ideal para consumo.

A implantação no município de um Centro de Produção Animal, oportunizaria aos produtores locais a melhoria do plantel, daí decorrendo uma produção mais eficaz em termo do aumento do rebanho e da qualidade do animal, fatores de desenvolvimento econômico, melhorando o ranking do município no plantel do Estado.

A diversificação na produção agrícola é fator primordial de desenvolvimento, e um projeto de reflorestamento energético, possibilitaria melhor ocupação e alternativas para a exploração agrícola de Moreira Salles, racionalizando o uso do espaço e preservando o meio ambiente.

A implantação de programa de investimento em reflorestamento de madeira energética, daria possibilidade da implantação de indústrias de carvão, possibilitando a implantação de indústrias na região, criando novas perspectivas de emprego e desenvolvimento para o município, que tem hoje sua economia fundada na pequena produção agrícola.

REQUERIMENTO N° 1945

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando o que adiante especifica para o município de Iretama.

- 01 - Um odontomóvel;
- 02 - Um microscópio para o laboratório de análises clínicas.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A população do município de Iretama é constituída na sua grande maioria, de mo-

radores da Zona rural ou periferia da cidade, carentes e sem recursos para fazer frente às mínimas necessidades, que dirá para dispor de recursos para tratamento odontológico, um dos tratamentos reconhecidamente mais caros e dispendiosos.

Impossibilitados na grande maioria de deslocarem-se para a sede do município, a presente solicitação da destinação de um odontomóvel configura-se totalmente pertinente, pois, além de realizar um tratamento profilático realizará ainda, um tratamento preventivo, voltado e direcionado a uma população realmente carente.

Através do simpósio denominado: "Ajudando minha cidade", este Deputado, juntamente com a comunidade, detecta as necessidades mais prementes dos municípios e, a deficiência é sempre acentuada na área da saúde pública.

A destinação por exemplo, de um microscópio para laboratório de análises clínicas, será de grande utilidade, evitando que os mesmos se vejam obrigados a deslocarem-se para Campo Mourão, distante a mais de 60 quilômetros para realizarem exames laboratoriais.

REQUERIMENTO N° 1946

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas para o município de Boa Esperança.

- 01 - Construção de um Hospital Municipal;
- 02 - Módulo Odontológico Municipal;
- 03 - Unidade móvel de atendimento médico-odontológico.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O sistema de saúde de Boa Esperança está doente, debilitado. Município com poucos recursos orçamentários destinados ao atendimento e a solução de inúmeras questões, tem seu único posto de saúde funcionando apenas meio expediente. A cidade tem apenas um médico e não conta com nenhum hospital.

REQUERIMENTO N° 1947

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente à Exma. Sra. Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Cultura, solicitando medidas que especifica para o município de Iretama.

- 01 - Obras de ampliação da Casa da Cultu-

ra;

- 02 - Implantação de oficinas de Teatro, Dança e Música.

- 03 - Instrumentos musicais para a Fanfarra do Colégio Estadual e para a Banda Municipal daquele município;

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Único representante do município de Iretama nesta Casa, desenvolvi junto àquela comunidade através do simpósio "ajudando minha cidade" o levantamento de problemas e diagnóstico de suas inúmeras necessidades, nas diversas áreas de atuação do Estado, tais como saúde, agricultura, segurança, educação, cultura esporte e lazer.

Levantados os problemas e priorizadas as carências, dentro de nossas prerrogativas e atribuições, procuramos contribuir para suas soluções e encaminhamentos.

Dentre outras necessidades, Iretama dignostica, suas necessidades também, na área da cultura e do lazer e, através do presente reivindica a atuação da Secretaria de Estado da Cultura.

Considerando que o desenvolvimento humano é decorrente não só do trabalho, mas, sobretudo das atividades de cultura e do lazer, aquela comunidade de Iretama espera ver atendidas suas mínimas reivindicações.

REQUERIMENTO N° 1948

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando estudo de viabilidade para a implantação das atividades produtivas de Sericicultura e Suinocultura, no município de Iretama.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Apesar de sediar o centro modelo de produção animal para a atividade pecuária do Paraná, o município de Iretama, ainda se ressentido de atividades de fomento que possam ampliar as oportunidades de produção.

Considerando que o estado do Paraná, através de Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, tem desenvolvido inúmeros projetos de desenvolvimento e produção, dentre os quais destaca-se o da produção de suínos.

Considerando que a suinocultura é praticada pela grande maioria dos produtores rurais, mas carente da melhoria genética, para que se torne mais rentável e, valorize a produção do Estado, a presente solicitação encontra total fundamento.

No que concerne a projeto para a implantação da sericicultura em Iretama, é importante salientar que a topografia daquele município bastante irregular, viabiliza pelo menos na teoria, segundo os produtores locais a implantação daquela atividade agrícola, gerando maiores recursos para o desenvolvimento local, valorizando a votação agrícola dos habitantes daquele município e, sobretudo, contribuindo para uma das maiores funções que é a fixação do homem no campo e às suas origens e tradições.

REQUERIMENTO N° 1949

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Elias Abirão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação de escritório modelo na Escola de Contabilidade do Município de Iretama, para que o mesmo venha a ser regularizado junto ao Ministério da Educação e Cultura.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O município de Iretama tem sua escola de contabilidade funcionando precariamente, sem estar regularizada junto ao Ministério da Educação e Cultura, portanto, sem reconhecimento oficial, uma vez que para isto, precisa ter funcionando escritório modelo.

O atendimento à presente solicitação propiciará aos jovens daquele município, a formação em curso profissionalizante de segundo grau, sem que os mesmos sejam obrigados a deslocarem-se diariamente para a cidade de Campo Mourão, que de lá dista aproximadamente 50 kms.

REQUERIMENTO N° 1950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Senhor Deputado José Afonso Júnior, Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a realização de cursos de formação de monitores esportivos para o município de Iretama.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O mercado de trabalho da educação física, geramente atrai os profissionais da área para centros maiores e mais desenvolvidos.

As cidades de pequeno porte carecem de profissionais especializados no setor.

Fomentadores da prática do desporto, os professores de educação física desenvolvem importante papel na sociedade das quais são partícipes.

Iretama como outras cidades de pequeno porte do Estado, também apresentam dificuldades no setor.

A prática do desporto e do lazer, é desenvolvida geralmente através dos afixionados de determinada modalidade.

Assim sendo, e principalmente objetivando a prática bem orientada do desporto, espera a comunidade de Iretama que a presente solicitação seja atendida pelo órgão responsável do Estado.

REQUERIMENTO N° 1951

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a implantação de balança eletrônica para pesagem de veículos, no trecho Araruna/São Lourenço/Cianorte.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

As rodovias pavimentadas do país e do Estado, constituem patrimônio sócio-econômico de valor inestimável.

A crise econômica do País, atingiu também o setor rodoviário nacional, e hoje as estradas brasileiras, em sua quase totalidade acham-se destruídas, colocando em risco a vida e o patrimônio público e coletivo que por elas transitam.

No Estado do Paraná, felizmente a situação não apresenta-se tão grave, entretanto, sem recursos para investimentos no setor, torna-se imprescindível o cuidado com nossas rodovias.

Além de contribuir para a manutenção das rodovias, as balanças eletrônicas de controle de tráfego de veículos de carga, possibilitam o desenvolvimento econômico dos municípios, situados à margem das rodovias, com o desenvolvimento de atividades comerciais, geradoras de mão de obra.

REQUERIMENTO N° 1952

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a adoção de providências que especifica, para a Delegacia de Polícia de Araruna.

01 - Ampliação da cota de combustível;

02 - Recursos do Fundo Rotativo, para obras de reforma no prédio da De-

legacia.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

No presente ano a Delegacia de Polícia de Araruna ainda não recebeu sua parcela da cota de combustível, devendo ao posto de gasolina local, o equivalente a mais de mil litros de gasolina, do presente ano e 800 litros do ano anterior.

Injustificável tal situação, aquele município como os demais do Estado deve merecer uma melhor atenção da parte das autoridades responsáveis, pois como os demais, arrecada tributos estaduais e contribui para o desenvolvimento global do Paraná.

Segurança Pública eficaz deve ser uma das primeiras preocupações do governo, pois somente com segurança o cidadão poderá dar sua contribuição para o desenvolvimento do seu município e do seu Estado.

Por esta razão a comunidade de Araruna, preocupada com o quadro de descaso ali verificado, solicitou a este Deputado a intervenção junto ao executivo estadual e, espera ter estas duas mínimas reivindicações atendidas, sob pena daquela cidade vir a constituir-se no paraíso da criminalidade, dada a carência de recursos no setor ali existente.

REQUERIMENTO N° 1953

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Sr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a adoção das medidas adiante referidas para o Município de Araruna, na área odontológica.

- 01 - Implantação de mini-postos odontológicos nas localidades de Vila Esperança, Lirial e Taquarindé;
- 02 - Equipamento completo de odontologia para o posto odontológico da sede do município;
- 03 - Aquisição de um odontomóvel, para atendimento odontológico à população da periferia.
- 04 - Implantação de programa preventivo da cárie nas escolas do município.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Todos somos conhecedores de que uma boa dentição em muito contribui para a saúde em geral.

Estatisticamente o Brasil apresenta um número impressionante e negativo de saúde dentária, próprio de países subdesenvolvidos.

Nossa realidade no campo da saúde pública em geral e no campo da saúde bucal

apresenta índices que envergonham a nação e não se justificam diante da pujança econômica do país.

Se nos grandes centros o problema é crítico, imagine-se no interior da nação e dos estados. Araruna, infelizmente, não foge a regra, e como a grande maioria das cidades do Brasil, não dispondo de recursos econômicos, materiais e humano, atende precariamente e na medida do possível seus cidadãos.

A implementação das medidas objeto do presente requerimento, dotará o município da capacidade de melhor atender área da saúde tão primordial principalmente às populações mais carentes.

REQUERIMENTO N° 1954

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando as providências adiante especificadas para o Município de Araruna.

01 - Aquisição de uma ambulância.

02 - Remessa de medicamentos da CEME.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Paralelamente ao serviço desenvolvido no campo do saneamento básico, prevenção de doenças e atendimento a política municipal de saúde, o Departamento de Saúde Pública da Prefeitura Municipal de Araruna tem que se dedicar ao atendimento de emergências, no qual a existência de uma ambulância é de fundamental importância, para a agilização e o atendimento dos necessitados, que muitas vezes são removidos para outros centros melhor aparelhados como por exemplo, Campo Mourão e Curitiba.

Outra área bastante carente no campo da saúde pública de Araruna é a de fornecimento de remédios às pessoas carentes.

Município pequeno, com sua economia fundada na produção agrícola, não dispõe de recursos orçamentários para dar atendimento a área tão prioritária, motivo pelo qual apela-se ao Executivo do Estado para atendimento desta dura e imprescindível realidade.

REQUERIMENTO N° 1955

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao senhor Stênio Jacob, Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando a implantação do Sistema de Abastecimento e Tratamento de água, para a população do distrito de São

Vicente, no município de Araruna.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Distrito de Araruna, a localidade de São Vicente conta hoje com aproximadamente 5.000 habitantes, constituindo região produtiva de significativa importância no município.

Entretanto, seus moradores não dispõem, ainda, do serviço de água encanada e tratada da Sanepar, utilizando-se da água proveniente de poços artesianos para utilização e consumo em suas residências.

A implantação de sistema de água encanada e tratada no distrito, muito contribuiria para a diminuição de doenças em razão da falta de tratamento de fluor na água, contribuindo ainda para a diminuição da cárie dentária, além de contribuir significativamente para uma melhor qualidade de vida, tão largamente objetivada pela Sanepar.

REQUERIMENTO N° 1956

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Senhor Luiz Cláudio Romanelli, Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a implantação de programa de habitação popular rural, no município de Araruna.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

É cada vez maior o número de habitantes das zonas rurais do Estado que se deslocam para as cidades na expectativa de melhores condições de vida.

Abandonando o campo, onde desenvolvem suas atividades de trabalho na agricultura e na pecuária, partem à busca de melhores oportunidades, iludidos pela propaganda indiscriminada das facilidades da vida nos centros urbanos.

O município de Araruna, com sua economia fundada basicamente na agricultura não foge a esta triste realidade.

Inúmeros são os casos de lavradores que se desclocam para a sede do município à busca de melhores condições, ao menos de moradia. Assim sendo, as autoridades municipais, produtores e trabalhadores rurais reunidos em seminário, concluíram que uma das causas da evasão rural é justamente a falta de uma política habitacional para o setor que possa viabilizar melhores condições de moradia e conforto para os trabalhadores do campo.

O Governo do Estado tem se preocupado com este quadro, e através do setor competente tem desenvolvido importantes proje-

tos no setor, razão pela qual solicitamos a implantação do presente projeto que, sem sombra de dúvidas muito contribuirá para a permanência do trabalhador rural no campo.

REQUERIMENTO N° 1957

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao senhor Elias Abrahão, Secretário de Estado da Educação, solicitando a adoção de medidas que adiante especifica, para as escolas estaduais do município de Araruna.

- 01 - Ampliação do número de salas de aula para as escolas 29 de Novembro e Princesa Isabel;
- 02 - Máquinas de escrever e demais equipamentos para o escritório modelo do curso de contabilidade do colégio estadual Princesa Isabel;
- 03 - Construção de sala especial e aquisição de equipamentos e material didático, para classe especial de deficientes auditivos;
- 04 - Aquisição de acervo bibliográfico técnico e literário, para as escolas Princesa Isabel e Mário Miquez, instaladas no mesmo prédio.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

Na impossibilidade de expansão da rede estadual de ensino em decorrência da indisponibilidade de recursos econômicos, o mínimo que o Poder Executivo do Estado deve fazer é dar condições de eficiência aos existentes.

Com mais de mil alunos matriculados, as Escolas 29 de Novembro e Princesa Isabel do município de Araruna, acham-se sem espaço físico condizente para atendimento à demanda de alunos no ensino de 1° e 2° graus.

O aumento populacional aliado ao ingente trabalho desenvolvido pelo Conselho Tutelar Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para que os menores da Araruna não fiquem sem escola, tem contribuído para que as salas apresentem contingente de alunos superior à capacidade física apresentada.

Apesar de já ter em funcionamento a escola técnica de contabilidade, o município de Araruna prescinde da instalação e equipamentos para desenvolvimento do escritório modelo, pois, como se sabe, qualquer estudo impossibilitado da parte prática poucos resultados apresenta. Somente através da instalação e funcionamento do escritório modelo, será possível a formação de profissionais para fazer frente ao mercado de trabalho do setor.

A preocupação com o estudante defi-

ciente auditivo em Araruna é primordial, embora conte com material humano especializado, não dispõe de recursos materiais para o desenvolvimento desta importante área educacional. Carente de espaço físico próprio, e não dispondo de material didático especial, não consegue a obtenção do resultado esperado, impossibilitando aos alunos de classe especial, da total integração e interação do meio social onde vivem, diminuindo consideravelmente suas possibilidades junto ao mercado de trabalho local.

Funcionando no mesmo espaço físico, as escolas apresentam os mesmos tipos de problemas e carências estruturais.

Atendendo a diferentes públicos, não podem mais dispensar o uso de uma boa biblioteca, elemento fundamental para a pesquisa escolar e a formação literária.

REQUERIMENTO N° 1958

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Senhor Deputado José Durval do Amaral, Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando a implantação de Escola Profissionalizante do Trabalho, em projeto destinado ao atendimento a menores carentes na faixa etária de 07 a 14 anos de idade, do município de Araruna.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O problema do menor carente abandonado, que nas ruas busca melhores perspectivas de vida já não é somente das grandes cidades.

Araruna, município com 10 mil habitantes já vive esta preocupante realidade, apresentando um crescimento quase que diário de menores carentes, reflexo das dificuldades e da crise econômica vivida pelo país.

É cada vez maior o número de famílias que procuram os centros urbanos buscando a minimização de seus mais prementes e primários problemas de saúde e sobrevivência.

Araruna conforme afirmamos não é diferente, e preocupados com esta realidade e com seus reflexos, torna-se urgente a adoção de medidas voltadas ao atendimento deste contingente populacional.

A criação e instalação de uma escola profissionalizante, para menores carentes dar-lhes-ia melhores condições e perspectivas de vida, além de contribuir consideravelmente para o desenvolvimento social e minimizar os problemas da marginalidade.

Araruna já conta com escola semelhante, a Escola Municipal de Educação e Trabalho, que apesar de seus esforços não es-

tá preparada para atender a uma demanda tão grande de menores carentes, o atendimento a esta justa reivindicação, tornará possível a abertura de novos horizontes às crianças carentes de Araruna, proporcionando-lhes melhores oportunidades de emprego e perspectiva de vida para si e seus familiares.

REQUERIMENTO N° 1959

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a adoção de medidas que especifica para o município de Araruna.

01 - Construção de quadra poliesportiva coberta.

02 - Projetos poli-esportivos.

Sala das Sessões, em 15.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O esporte constitui um dos principais e mais eficazes meios de educação e formação da juventude.

A prática desportiva dá ao jovem disciplina, saúde, desenvolvimento da solidariedade. Ao solicitar a construção de uma quadra poliesportiva, e o desenvolvimento de programas e projetos poliesportivos, a comunidade de Araruna unida, busca melhor desenvolvimento do seu jovem e do seu futuro.

A construção de quadra poliesportiva tendo por local o Colégio Estadual Princesa Isabel, valorizaria o reduto escolar e permitiria a formação e treinamento de equipes, objetivando a integração cada vez maior do aluno à escola.

REQUERIMENTO N° 1960

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao senhor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de um mini-posto de saúde no conjunto habitacional Vila Esperança, do município de Araruna.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A construção de um posto de saúde na Vila Esperança em Araruna, tem por objetivo sanar parte do problema originado pela falta de espaço físico e material do Centro de Saúde daquele município.

A descentralização de serviços prestados à comunidade sempre traz bons resulta-

dos, em especial em área tão premente como o da saúde pública. Diariamente, ocorrem em média de 80 a 100 atendimentos, sendo que a grande maioria dos atendidos são originários de Vila Esperança, que constitui um conjunto habitacional com aproximadamente 500 casas.

A implantação de um posto de saúde naquele local, disciplinaria e melhoraria o atendimento aos que dele necessitam, dando tratamento mais condizente e justo à população carente.

REQUERIMENTO N° 1961

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Deputado JOSÉ DURVAL, Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, solicitando a adoção de providências que especifica, para o município de Moreira Salles.

01 - Construção de uma creche na Vila Gianello;

02 - Implementação de programa de suplementação alimentar para trabalhadores volantes;

03 - Doação de um veículo para o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Vila Gianello na cidade de Moreira Salles, constitui uma das comunidades mais organizadas daquele município, porém das mais pobres.

Tal contingência obriga a grande maioria das mães que compõem aquele segmento comunitário a trabalhar fora, para auxílio na manutenção de seus lares e familiares. Desse fato decorre a necessidade da construção e instalação de uma creche, onde possam com segurança deixar seus filhos, com os cuidados indispensáveis que cada um a seu tempo necessita.

Considerando a grandeza e a abrangência do programa de Ação Social do Governo, os pedidos aqui contidos deverão pela sua necessidade e relevância oportunizados, pois, tem por escopo o atendimento de projetos locais de cunho eminentemente sociais.

REQUERIMENTO N° 1963

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ MOACIR FAVETTI, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a adoção de medidas que especifica, na área de segurança para o município

Curitiba, quinta, em 17.06.93

pio de Moreira Salles.

01 - Ampliação de efetivo policial militar para a sede do município e, para as localidades do Paraná D'Oeste e Vila Gianello;

02 - Implantação de delegacias com cadeias, para os distritos do Paraná D'Oeste e Vila Gianello.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A degradação crescente das células sociais manifesta-se pelo aumento dos índices de criminalidade e, são sem sombra de dúvida o mais duro reflexo da realidade econômica do país.

A crescente e evidente recessão, a falta de oportunidade, a queda nos índices de emprego, a carência indiscriminada, atinge das grandes às menores comunidades do país, preocupando a população trabalhadora e exigindo o crescimento de investimento no setor.

Diante deste preocupante quadro, a comunidade de Moreira Salles espera o efetivo deferimento e o atendimento das justas reivindicações que o presente documento contém.

REQUERIMENTO N° 1967

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, Secretário Especial de Esporte e Turismo, solicitando a adoção de providências adiante especificadas, para o município de Boa Esperança.

01 - Destinação de materiais esportivos tais como: bolas, redes, uniformes, troféus e medalhas;

02 - Construção de quadra poliesportiva coberta.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido se respalda na intenção que o município tem na promoção da cidadania através da prática do desporto e do lazer.

Investimentos desta natureza, contribuem decisivamente para a formação de uma juventude sadia, disciplinada e guerreira na busca da consecução de seus ideais.

Os jovens do distrito de Palmital, no Município de Boa Esperança desfrutam de poucas oportunidades para a prática desportiva. Na sua grande maioria, dedicam-se ao trabalho na lavoura e ao estudo. A construção de quadra poliesportiva coberta, possibilitaria aos mesmos a prática do esporte no período noturno, facilitando a integração dos jovens daquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 1968

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido à Excelentíssima Senhora GLDA POLI, Secretária de Estado da Cultura, solicitando a adoção de medidas adiante especificadas, para o município de Boa Esperança.

01 - Construção de auditório e anfiteatro;

02 - Destinação de acervo bibliográfico, aparelhos audio-visuais tais como: retro-projetor, video-cassete, televisor e aparelho de som.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

As manifestações culturais de qualquer espécie, desempenham papel preponderante na formação de um povo. Espaço apropriado para a ocorrência dessas manifestações precisa ser destinado à comunidade de Boa Esperança.

As manifestações artísticas, a criatividade, a defesa e a divulgação das tradições necessitam de espaço apropriado às suas realizações e desenvolvimento.

A construção de espaço próprio conforme o requerido, ampliariam as oportunidades de crescimento e do surgimento de novos talentos nos diversos campos da manifestação artística do município e do Estado.

Município pobre, Boa Esperança canaliza recursos de seu orçamento através da priorização de projetos como saúde pública, saneamento e educação básica. Não dispondo de recursos para aplicação e outras áreas, razão pela qual espera haja possibilidade de atendimento ao presente pleito.

REQUERIMENTO N° 1969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ MOACIR FAVETTI, solicitando um veículo para atendimento à Delegacia de Polícia, no Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1970

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ MOACIR FAVETTI, solicitando um veículo para atendimento à Delegacia de Polícia, no Município de Antonina.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1971

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ MOACIR FAVETTI, solicitando um veículo para atendimento à Delegacia de Polícia, no Município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ MOACIR FAVETTI, solicitando um veículo para atendimento à Delegacia de Polícia, no Município de Matinhos.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1973

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ MOACIR FAVETTI, solicitando um veículo para atendimento à Delegacia de Polícia, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor JOSÉ MOACIR FAVETTI, solicitando um veículo para atendimento à Delegacia de Polícia, no Município de Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Nizan Pereira, Secretário de Estado e Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do TSEP, para aquisição de uma ambulância ao Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1977

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a Liberação de Recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a Pavimentação da Rua Oscar Pires da Silva, bairro Jardim Maria Luiza, com "Pedras Poliédricas e Blocos Sextavados."

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a Liberação de Recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a Pavimentação da Rua Antonio Mendes, bairro da Caixa D' Água, com "Pedras Poliédricas e Blocos Sextavados."

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a Liberação de Recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a Pavimentação da Rua Lauro Brasil Lovola, (continuação), bairro Jardim Maria Luiza, com "Pedras Poliédricas e Blocos Sextavados."

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1962

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a Liberação de Recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a Pavimentação da Rua Presidente Getúlio Vargas, bairro Batel, com "Pedras Poliédricas".

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1980

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a Liberação de Recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a pavimentação da Rua 05 de Julho, bairro do Batel, com "Pedras Poliédricas".

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a Liberação de Recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a Pavimentação da Rua Padre Pinto, (continuação), bairro do Portinho, com "Pedras Poliédricas".

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1983

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a Liberação de Recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a Pavimentação da Rua Pedro de Azevedo, bairro do Saiva com "Pedras Poliédricas".

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a Liberação de Recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a Pa-

vimentação da Avenida Thiago Peixoto, bairro Batel, com "Pedras Poliédricas, recape, Asfalto e Passeio."

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a Liberação de Recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a Pavimentação da Rua "D", bairro Jardim Maria Luiza, com "Pedras Poliédricas e Blocos Sextavados".

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1986

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a Liberação de Recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a Pavimentação da Ligação da Avenida Thiago Peixoto e Avenida Conde Matarazzo, com Pedras Poliédricas, Mistas - Complexos."

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1987

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando a Liberação de Recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a Pavimentação da Rua "E", bairro Jardim Maria Luiza, com "Pedras Poliédricas e Blocos Sextavados."

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1988

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no

sentido de executar manilhamento em frente ao n° 1622 da Rua Capibiribe, no bairro do Portão. O pedido foi feito pela moradora do citado endereço, devido ao mau estado em que se encontra o local.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do ISEP, para aquisição de uma ambulância ao Município de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1998

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo aos Excelentíssimos Senhores Deputados Federais e Senadores pelo Estado do Paraná no sentido de que seja incluída dotação orçamentária no exercício de 1994 para a recuperação da BR-277, trecho compreendido entre Irati e Relógio, neste Estado.

Sala das Sessões, em 16.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O trecho acima descrito acha-se em precárias condições de tráfego obrigando os usuários da rodovia a desviarem por Ponta Grossa, o que implica num acréscimo de quarenta quilômetros ao trajeto além de problemas de toda ordem.

É necessário destacar a importância dessa rodovia para a vida econômica do Estado do Paraná, sobretudo, para os produtores rurais da região.

Por fim, cabe registrar que as péssimas condições da BR-277 concorrem para a elevação do número de acidentes na localidade em questão, oferecendo consideráveis riscos à vida aos motoristas que por ali trafegam.

REQUERIMENTO N° 2007

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, na qualidade de integrantes do Bloco Parlamentar Municipalista, desta Casa, REQUEREM à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ministro da Previdência Social; ao Conselho Curador do FGTS e ao Deputado Federal Basílio Vil-

lani, hipotecando nosso apoio à Emenda, ao Projeto de Lei nº 153 - IPMF - que desconta do Fundo de Participação dos Municípios, o percentual de 3% (três por cento) para pagamento da dívida das Prefeituras Municipais para com o I.N.S.S. e 3% (três por cento) para com o F.G.T.S.

Esta Emenda recebeu o Parecer Favorável das Comissões daquele Poder Legislativo e irá à votação Plenária. Trata-se de fundamental importância, visto que os nossos Municípios encontram-se esfacelados financeiramente e um percentual maior saneará os cofres do Governo Federal mas levará grande parte das Prefeituras ao estado de insolvência para com suas obrigações.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(aa) ALCEU SWAROWSKI, TOTI COLAÇO, ORLANDO PESSUTI, DOMINGOS CARVALHO, ARLINDO TROIAN, CEZAR SILVESTRE, DUILIO GENART, EDSON SILVA LINO, GERALDO CARTÁRIO, JOÃO PREIS, SEVERINO FÉLIX, COLOMBINO GRASSANO, ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, EMILIA BELINATI, EURIDES MOURA, ÉLTO RUSCH, HEINZ HERWIG, OVÍDIO CONSTANTINO, NELSON GARCIA, MÁRIO BEZERRA, ALGACI TÚLIO, PAULO MAIA, NEREU ALVES DE MOURA, LOURENÇO FREGONESE, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, NAMIR PIACENTINI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI E DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO N° 2015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a instalação de um Juizado de Pequenas Causas na sede do Município de Moreira Salles.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

In integrante da comarca de Goioerê, Moreira Salles, pretende a criação de um Juizado de Pequenas Causas para a agilização de questões menos intrincadas relativas as disputas judiciais.

O atendimento à presente solicitação, facilitaria, agilizaria e desafogaria o fórum de Goioerê, resolvendo com maior agilidade e economia lides e discussões jurídicas de menor importância, dos habitantes de Moreira Salles.

REQUERIMENTO N° 2020

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após mani-

festação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a construção de Quadra Coberta no Município de Flor da Serra do Sul.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as diretrizes de incrementar a prática do esporte amador, mormente aqueles considerados olímpicos, de forma a melhorar a qualidade técnica, assim como ocupar a juventude com prática de divertimento de lazer saudáveis, as Prefeituras necessitam dotar suas praças de esportes de infra-estrutura adequada ao atendimento da demanda.

REQUERIMENTO N° 2021

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a construção de Quadra Coberta no Município de Cafezal do Sul.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as diretrizes de incrementar a prática do esporte amador, mormente aqueles considerados olímpicos, de forma a melhorar a qualidade técnica, assim como ocupar a juventude com prática de divertimento de lazer saudáveis, as Prefeituras necessitam dotar suas praças de esportes de infra-estrutura adequada ao atendimento da demanda.

REQUERIMENTO N° 2022

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a construção de Quadra Coberta no Município de Iracema do Oeste.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as diretrizes de incrementar a prática do esporte amador, mormente aqueles considerados olímpicos, de forma a melhorar a qualidade técnica, assim como ocupar a juventude com prática de divertimento de lazer saudáveis, as Pre-

feituas necessitam dotar suas praças de esportes de infra-estrutura adequada ao atendimento da demanda.

REQUERIMENTO N° 2024

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a construção de Quadra Coberta no Município de Brasi-
lândia do Sul.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as diretrizes de incrementar a prática do esporte amador, mormente aqueles considerados olímpicos, de forma a melhorar a qualidade técnica, assim como ocupar a juventude com prática de divertimento de lazer saudáveis, as Prefeituras necessitam dotar suas praças de esportes de infra-estrutura adequada ao atendimento da demanda.

REQUERIMENTO N° 2032

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a construção de Quadra Coberta no Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as diretrizes de incrementar a prática do esporte amador, mormente aqueles considerados olímpicos, de forma a melhorar a qualidade técnica, assim como ocupar a juventude com prática de divertimento de lazer saudáveis, as Prefeituras necessitam dotar suas praças de esportes de infra-estrutura adequada ao atendimento da demanda.

REQUERIMENTO N° 2033

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a construção de Quadra Coberta no distrito de Boa Espe-

rança, Município de Pérola.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as diretrizes de incrementar a prática do esporte amador, mormente aqueles considerados olímpicos, de forma a melhorar a qualidade técnica, assim como ocupar a juventude com prática de divertimento de lazer saudáveis, as Prefeituras necessitam dotar suas praças de esportes de infra-estrutura adequada ao atendimento da demanda.

REQUERIMENTO N° 2034

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a construção de Quadra Coberta no distrito de São João, Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista as diretrizes de incrementar a prática do esporte amador, mormente aqueles considerados olímpicos, de forma a melhorar a qualidade técnica, assim como ocupar a juventude com prática de divertimento de lazer saudáveis, as Prefeituras necessitam dotar suas praças de esportes de infra-estrutura adequada ao atendimento da demanda.

REQUERIMENTO N° 2023

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Exmo. Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chama-

das.

Considerando ainda, que são grandes às áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 2025

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Exmo. Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do Município de MARMELEIRO.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes às áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 2026

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Exmo. Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do Município de FLOR DA SERRA DO SUL.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes às áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 2027

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Exmo. Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do município de ICA-RAÍMA.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial.

O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes às áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 2028

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Exmo. Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do município de IBAITI.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial.

O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes às áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 2029

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Exmo. Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do município de XAMBRE.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes às áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 2030

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Exmo. Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do município de TAPIRA.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial. O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes às áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 2031

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ex-

celentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública e Exmo. Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, expediente solicitando uma viatura para a Polícia Militar do município de RONDON.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, tendo em vista ser o setor da administração Municipal que mais tem preocupado é o relativo à segurança, eis que tem crescido, nos momentos de crise econômico-financeira, o número de ocorrência policial.

O trabalho prestado à população, está deixando muito a desejar, em face da pouca infra-estrutura, incluindo a carência de viaturas para atendimento de chamadas.

Considerando ainda, que são grandes às áreas a serem cobertas pelos policiais, o que não é possível sem um veículo.

REQUERIMENTO N° 2014

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, com base no art. 90, V, da Constituição do Estado do Paraná, REQUER o encaminhamento, ao Senhor Secretário de Estado da Administração, do seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

CONSIDERANDO que, no último dia 16, no Município de Colombo, Joel Martins Pereira, ao fazer uma intimação, na condição de "inspetor de quartelão", da Delegacia do Alto Maracanã, foi recebido a balas pelo intimado e acabou falecendo e ainda que, na ocasião o mesmo se fazia acompanhar por mais dois "inspetores de quartelão" prestando serviço na mesma Delegacia de Polícia.

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, art. 37, II, preceitua: "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de prova ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração".

CONSIDERANDO ainda que, o mesmo artigo dispõe no inciso IX:

"a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público";

E, no inciso XXI, § 6°:

"as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualida-

de, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa";

CONSIDERANDO também que, o servidor "inspetor de quartelão" vitimado em serviço, casado, pai de seis filhos, cria-se com sua morte um doloroso problema social;

Solicita-se as informações seguintes:

1. Existe dentro do Quadro de Funcionários Públicos do Estado, o cargo de "Inspetor de Quartelão"?

Se existe através de que lei foi criado?

2. No caso particular de Joel Martins Pereira, de que forma deu-se a sua investidura no cargo de "Inspetor de Quartelão"?

3. Ao quadro de pessoal de que Secretaria pertenciam o referido servidor?

E desde quando prestava serviços ao Estado do Paraná?

4. Quantos servidores, na condição de "Inspectores de Quartelão", existem dentro do Quadro de Pessoal do Estado e, normalmente onde prestam serviço?

5. Legalmente, quais são os direitos da família do "Inspetor de Quartelão" Joel Martins Pereira?

6. Legalmente, qual é a responsabilidade do Estado perante a morte do "Inspetor de Quartelão" da Delegacia de Colombo - morte em serviço?

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2005

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrita nos Anais deste Poder a matéria "Requião contrata agências sem licitação", publicada no Jornal "Folha de São Paulo", de 30 de abril próximo passado.

Muito embora tenha sido extremamente difícil obter, através deste Poder, informações precisas quanto aos gastos do Poder Executivo com publicidade, sabe-se que os valores remontam a consideráveis números.

Lamentável é conhecer, pela denúncia da Folha de São Paulo, conceituado jornal do Brasil, que a contratação das agências para anunciar as obras do Governo do Estado, é feita sem licitação, beneficiando - o que é mais grave - empresas que participaram da campanha eleitoral do atual Governador.

Ao inserir a denúncia nos Anais deste Poder, o que se espera é que, finalmente, o Chefe do Poder Executivo se pronuncie sobre o assunto, mostrando claramente, ao povo do Paraná, quanto os cofres públicos tem gastado com publicidade oficial e quais os critérios para contratação de

agências de propaganda.

Que do presente dê-se ciência ao Governador do Paraná e ao Jornal Folha de São Paulo.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 268/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos da Creche Esperança com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) HERMAS BRANDAO

Apoio: João Preis, Toti Colaço e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos da Creche Esperança, fundada na cidade de Curitiba, no dia 14 de dezembro de 1992, é uma entidade sem fins lucrativos, com sede e foro à Avenida Getúlio Vargas, 970, nesta Capital.

A Associação tem por finalidade através da creche atender filhos de Policiais Militares independente de crença religiosa, sem restrição de raça e cor, promovendo seu desenvolvimento físico, moral e intelectual.

Do exposto, tendo em vista que a sua diretoria não possui nenhuma forma de remuneração ou benefícios, bem como seus associados, na forma da documentação em anexo, que está de conformidade com a Lei n° 6994/78, esperamos a aprovação do Plenário dessa Casa, da Declaração de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI N° 269/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado de "Rodovia Benedito Manoel da Silva" o trecho da Rodovia PR-218, desde o entroncamento com a PR-317 no Município de Iguaçu, passando pelos Municípios de Angulo e Atalaia, até o entroncamento com a BR-376.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Com o presente Projeto de Lei, quere-

mos destinar justa homenagem a Benedito Manoel da Silva, um dos pioneiros do Município de Iguaraçu que muito contribuiu para o desenvolvimento do município, cumprindo com determinação e entusiasmo sua parte na história dessa próspera região.

O casal Benedito Manoel da Silva e Elisa Vilhena da Silva, naturais do Espírito Santo do Dourado, Estado de Minas Gerais, casaram-se no dia 20.02.38, quando contavam com 18 e 15 anos de idade, respectivamente.

No ano de 1951, quando já tinham seis filhos, vieram para o Estado do Paraná, fixando residência no Município de Iguaraçu, mais precisamente na Fazenda "Boa Fé" de propriedade do Senhor Manoel Salomé de Campos, localizada no Patrimônio Valência, naquele Município, onde tiveram mais três filhos.

Benedito Manoel da Silva, faleceu em 16.03.57, deixando nove (9) filhos menores, sendo que, à época, o filho mais velho contava com 16 anos de idade e o caçula com apenas um ano de vida.

O falecimento de Benedito Manoel da Silva ocorreu em acidente de veículo, quando o ônibus em que viajava, da então empresa "F.F. Delgado", de Arapongas, devido efeito mecânico, chocou-se violentamente contra um caminhão, que sobre a balsa que atracava à margem do Rio Pirapó - Travessia Valência/Atalaia, caminhão e ônibus foram ao fundo daquele rio, ceifando a vida de 28 (vinte e oito) pessoas.

Benedito havia embarcado nesse ônibus em Valência, 06 Km antes do local do acidente, e seu destino era a vizinha cidade de Atalaia, onde venderia mercadorias que levava consigo, objetivando conseguir o sustento para a sua família.

Procurou-se através desta proposta fazer jus ao denominar o trecho descrito com o seu nome, já que sempre foi seu sonho ver construída uma rodovia que ligasse os municípios de Iguaraçu, Ângulo e Atalaia, onde por muitos anos transitou e por muitos sofrimentos passou.

FAMÍLIA VILHENA HISTÓRICO

PAIS: Benedito Manoel da Silva e
Elisa Vilhena da Silva

09 filhos - 29 netos - 15 bisnetos

O casal Benedito Manoel da Silva e Elisa Vilhena da Silva, naturais do Espírito Santo do Dourado, Estado de Minas Gerais, casaram-se no dia 20.02.38, quando contavam com 18 e 15 anos de idade, respectivamente.

No ano de 1951, quando já tinham 06 filhos, vieram para o Estado do Paraná,

fixando residência no Município de Iguaraçu, mais precisamente na fazenda "Boa Fé" de propriedade do Senhor Manoel Salomé de Campos, localizada no Patrimônio Valência, naquele Município, onde tiveram mais três filhos.

Em data de 16.03.57, veio a falecer Benedito, deixando 09 filhos menores, sendo que, à época, o filho mais velho contava com 16 anos de idade e o caçula com apenas 01 aninho de vida.

O óbito de Benedito ocorreu em acidente de veículo, quando ônibus em que viajava, da então empresa "F.F. Delgado", de Arapongas, sem freios, chocou-se violentamente contra um caminhão de toras, que, sobre a balsa que atracava à margem do Rio Pirapó - travessia Valência/Atalaia, caminhão e ônibus foram ao fundo daquele rio, ceifando a vida de 28 (vinte e oito) pessoas.

Benedito havia embarcado nesse ônibus em Valência, uns 06 quilômetros antes do local do acidente, e seu destino era a vizinha cidade de Atalaia, onde venderia uns queijos que levava consigo, objetivando conseguir uns trocados para a manutenção da família.

Com a falta o chefe da família, as coisas se complicaram. A mãe, inconformada, entrou em desespero, ficando quarenta dias consecutivos em total jejum.

Sua vida foi sempre de muito sofrimento e trabalho; ela usa roupa preta (luto), até hoje. A criança, desorientada, precisava comer e para isso tinha que trabalhar.

Houve, na época, muitos pedidos de guarda dos filhos; um queria este, outro aquele...; mas cada pedido feito a mãe sentia uma apunhalada e o seu desespero se multiplicava.

"O que vamos fazer?", "o que será de nós? "quem trará o alimento para casa?" ... seguiam-se as lamentações, diuturnamente, pela mãe, sem contudo abrir mão da guarda de um só filho.

Também pudera. Ela, que, ainda menina já encontrara o próprio pai pendurado numa árvore, dali o retirando e assistindo o seu último suspiro. Foi criada por família substituta, por um irmão, que, à moda da época, arrumou-lhe o único e passageiro casamento.

Mas a vida continuou. Dias após o falecimento do pai, chega de Minas Gerais o tio Joaquim Vilhena. Este, por sua vez, abandonou lá suas propriedades, vindo a família toda, ele, a esposa (tia Geni) e mais três filhos menores, na intenção de encontrar uma solução aos parentes, amenizando o sofrimento, tentando suprir a lacuna então existente.

Com isso, a família ficou mais numerosa, ainda, só que, a essas alturas, com a

presença de um chefe.

E chefe é aquele que toma decisões.

Veio logo a primeira decisão do tio Joaquim: "Não vamos continuar aqui, nesta fazenda; vamos para o que é nosso."

Naquela época (1957), o pai possuía cinco alqueires de terras, vizinhos da fazenda onde trabalhava, adquiridos com o produto da venda dos bens que possuía em Minas Gerais e, pouco antes do seu falecimento havia adquirido, por contrato verbal, dez alqueires, anexados àqueles, faltando, porém, uma parte do dinheiro para a integração do preço ajustado, em torno de uns 50%, que deveriam ser pagos em determinado período de tempo.

O tio Joaquim não titubeou. Confirmou o negócio, mudamos para o sítio e fomos ganhar o dinheiro, trabalhando.

E a luta começou.

O dia amanhecia, fazíamos um cordão, ou melhor, uma procissão rumo ao eito.

Chegando lá, emparelhávamos todos, rezávamos, cuspiam-se nas mãos, e as enxadas eram movimentadas.

As plantações existentes eram a "de café"; as "ruas", entre os cafeeiros eram trabalhadas por cada enxadeiro, sendo que os menores laboravam em número de dois cada rua, ou seja, dois pequenos valiam por um grande.

Todos trabalhávamos.

As cozinheiras, minha mãe e a tia Geni, eram criativas; de manhã, mandioca cozida com açúcar; no almoço, mistura de mandioca frita; na merenda (café da tarde), mandioca cozida ao sal ou à milaneza; no jantar, uma saborosa e succulenta sopa de mandioca.

À noite, após os conselhos e orientações do tio Joaquim, era hora de orações; ajoelhávamos ao pé da imagem de Nossa Senhora Aparecida (até hoje em poder de minha mãe), rezávamos o terço, em louvor e agradecimento ao Criador, pois a fé em Deus foi e é uma constante em cada membro que compõe a família.

Conseguimos pagar o sítio e após dois anos da ajuda e apoio do tio Joaquim, quando o filho mais velho, o Zezé, já contava com dezoito anos, o tio Joaquim retornou, com sua família, para Minas Gerais.

O grupo familiar, já acostumado ao trabalho, continuou unido e trabalhando bastante, conseguiu adquirir mais uma área de terras, e os filhos mais velhos resolveram se casar.

Já casados, os filhos mais velhos, especialmente o Zezé e o Didi, encontraram uma oportunidade de ganhar dinheirinho mais fácil, ou seja, mais rentável do que lavrar a terra, transportando animais, para abate, junto ao Matadouro Municipal de Maringá. Esse transporte consistia em "to-

car boiada", das adiacências do Patrimônio de Valência até a cidade de Maringá, cujo percurso era feito em um dia para ir e outro para voltar.

Com o passar do tempo, enfrentando chuva, sol, poeira e lama, receberam eles, a incumbência de também comprar os animais a serem transportados, comprando-os um aqui, outro ali, outro acolá, formando pequenos lotes e transportando-os, de acordo com a demanda do Matadouro de Maringá.

Com o progresso de Maringá, a demanda aumentava e exigia mais serviços por parte dos seus fornecedores. Adquiriram eles, uma lambreta para agilizar a locomoção até os produtores, passando, na sequência para um Jeep 51, e logo conseguiram comprar um 63, e, no embalo conseguiram comprar um caminhão Chevrolet, ano 51, ao qual improvisaram uma gaiola boiadeira e acompanharam o progresso de Maringá, que quanto mais crescia, mais precisava de carne, proporcionando, via de consequência, mais serviço para todos.

Com o alicerce econômico feito, a família continua unida, sendo que 80% (oitenta por cento) continuam residindo no Município de Iguaraçu, e a família é conhecida principalmente pelo espírito de luta e a honestidade nos seus negócios, herdados do falecido pai, e do grande chefe solidário, tio Joaquim Vilhena e, claro, tudo somado ao exemplo e à atitude da mãe Eliza.

Nos dias de hoje, todos os membros da família possuem condições normais de vida, tendo cada qual sua casa para morar, o seu carro para andar e suas terras para trabalhar.

1992 - UM CHOQUE NA FAMÍLIA

No dia 04 de fevereiro de 1992, quando tudo transcorria dentro de suas normalidades, cada membro da família cuidando do seu mister, o irmão mais velho, José Vilhena da Silva, o Zezé, que no exercício de suas ocupações comprava uns animais na região de Ortigueira, por volta de 18:00 horas, teve sua vida ceifada por uma acidente de trânsito, e o fato veio a chocar a família que, após longo espaço de tempo, deixou a rotina normal do trabalho para chorar e despedir-se daquele que, sendo o mais velho dos irmãos e repetido como pai, partia para a outra vida, por vontade do Criador.

Faleceu, ele, ao lado e juntamente com o seu grande amigo Sideni, deixando uma multidão de admiradores conquistados no decorrer de sua tão curta existência, que chorou a sua falta.

Deixou a família amparada. Seu filho mais velho, o Cidinho, hoje com 30 anos de idade, é deficiente auditivo e aluno da

APAE de Astorga. Além desse filho, deixou mais duas filhas casadas que já lhe deram três netinhos, mais uma solteira e mais um filho solteiro já na casa dos dezoito anos de idade.

Sua vida foi marcada pela seriedade e honestidade nos seus negócios, e pela inesquecível presença nas festas e promoções, quer de igreja, de escolas e particulares, onde a presença do Zezé e do Sidini era percebida pelos temperos dos churrascos e também daquele "arroz carreiteiro", que eles tão bem sabiam fazer.

Zezé Vilhena, como era conhecido, era casado com Judite Soares da Silva, era pecuarista, avicultor e caminhoneiro. Gostava de festas, tocava sanfona, cantava para os amigos e adorava fazer piadas. Não havia tristeza consigo.

OS DEMAIS MEMBROS DA FAMÍLIA

1 - LUIZ VILHENA DA SILVA, casado com a Senhora Odete Rodrigues da Silva, é pecuarista, suinocultor e caminhoneiro. O casal tem quatro filhas casadas que já lhes deram sete netos, e um filho solteiro.

Residem, toda sua família, no futuro Município de Ângulo.

2 - BENEDITO REGINALDO DA SILVA, o popular DIDI, casado com Mária de Fátima da Silva, é comerciante e pecuarista. O casal possui três filhos, sendo dois casados e que já lhe deram três netinhos.

Residem todos em Ângulo.

3 - MARIA ÁGUIDA DA SILVA RODRIGUES, casada com Leonardo Rodrigues Batata, pecuarista e caminhoneiro.

O casal possui três filhas, sendo que uma já é casada. Residem em Maringá.

4 - JOÃO NIVALDO DA SILVA, casado com Léda Savi Mundi da Silva, é professor de 1º e 2º graus em Flórida, desde 1971, e é advogado desde 1985.

O casal tem dois filhos. Residem em Flórida.

5 - ANA APARECIDA DE PAIVA TOMITÃO, casada com José Tomitão, são comerciantes, pecuaristas, suinocultores e avicultores. Tem três filhos e dois netos. Residem em Ângulo.

6 - JOAQUIM VILHENA DA SILVA, casado com Marialice Roth da Silva, comerciante e pecuarista.

Tem três filhos. Residem em Barra do Garças-MT.

7 - EDIVINO VILHENA DA SILVA, casado com Dirceu Gati da Silva, pecuarista.

O casal tem três filhos. Residem em Ângulo.

8 - VALTER VILHENA DA SILVA, casado com Sandra Covre da Silva, comerciantes e pecuarista.

Dois Filhos, residem em Ângulo.

PROJETO DE LEI N° 270/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a proceder a doação para o Município de Cascavel/Pr, de parte do imóvel constante da matrícula sob n° 1.523 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, especificamente em relação a área de 27,28 hectares, conforme consta da Av. 2/1.523, atualmente gravado com Termo de Responsabilidade de Conservação de Floresta.

Art. 2º - O Poder Executivo Estadual e Municipal procederão as medidas necessárias para individualizar o imóvel doado, desmembrando-o da parte maior e destinando-o, na forma contida no artigo anterior.

Art. 3º - O Imóvel doado, objeto do presente, deverá destinar-se para a constituição de um Parque Municipal objetivando a melhoria da qualidade ambiental da Região.

Parágrafo Único - O imóvel, objeto da doação, será exclusivamente utilizado para o fim previsto no caput deste artigo, ficando o mesmo gravado com cláusulas de inalienabilidade e reversão automática ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada destinação diversa.

Art. 4º - Eventuais débitos, ônus ou pendências incidentes na referida área não serão arcados pelo Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) ERNANI PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná é proprietário de uma área de 27,28 hectares no Município de Cascavel, localizada ao lado do Zoológico municipal e limítrofe a Área de Proteção Ambiental - APA do Rio Cascavel, atualmente gravada com Termo de Responsabilidade de Conservação de Floresta.

Salientamos que a área supra-referida, encontra-se abrangida por uma área maior, de 159,62 hectares, sendo que foi doado à União Federal uma área de 126,43 hectares, tudo conforme consta da matrícula sob n° 1.523, da Circunscrição Imobiliária de Cascavel, em anexo.

É evidente que deverá ser procedida a individualização do imóvel doado, sendo necessário sua delimitação com a fixação de suas características e confrontações. Para tanto, o artigo 2º do presente Projeto de Lei, outorga ao Estado e ao Município a realização de medidas fixando a efetiva doação.

A destinação do Imóvel para constitui-

ção de um Parque Municipal deve-se ao fato de que a Região Oeste do Paraná, não possui cobertura florestal significativa, como a existente no imóvel doado. Por outro lado, se aprovada a proposta, estaremos dando cumprimento ao elementar dever de zelar e pugnar pela preservação ambiental, aliás, dever de todos nós.

PROJETO DE LEI N° 271/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a A.P.M.I. - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Inácio Martins, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Inácio Martins, é reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei n° 066/93.

É entidade dotada de Personalidade Jurídica, sem fins lucrativos, com sede e foro em Inácio Martins tendo como finalidade precípua desenvolver ações sociais, buscando o amparo e assistência à população carente.

PROJETO DE LEI N° 272/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Grupo Folclórico Ucrâniano Brasileiro Vesselka, com sede e foro na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Folclórico Ucrâniano Brasileiro Vesselka, com sede e foro no Município de Prudentópolis, é entidade de cunho cultural, sem qualquer fim lucrativo, que tem por objetivo principal o estudo, promoção, realização e divulgação das músicas e tradições folclóricas, bem como demais manifestações artísticas e culturais ucranianas e Brasileiras.

PROJETO DE LEI N° 273/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Terra Rica, mantenedora da Escola Especial Professora Alci Frauches Zanelato, com sede à Avenida James Patrick Clark s/n, na cidade de Terra Rica.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Fundada no dia 27 de setembro de 1988, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, tem seus Estatutos Sociais registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Terra Rica, sob o n° 43, do Livro n° 01-A, folhas 18 e verso, do dia 18 de outubro de 1988, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n° 03/89, de 04 de abril de 1989, é registrada no Conselho Nacional do Serviço Social do MEC sob o n° 28010.001512/91.95, e registrada na Federação das APAEs sob o n° 857/91, tem prestado relevantes serviços à comunidade, atuando nos setores pedagógico, psicológico, médico, fisioterápico, fonoaudiológico, dentário e social, conforme demonstra seu relatório.

PROJETO DE LEI N° 274/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o PROVOPAR MUNICIPAL DE IMBITUVA, com sede e foro no Município de Imbituva-PR.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 17.06.93

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O PROVOPAR Municipal de Imbituva, com sede e foro no Município de Imbituva, Estado do Paraná, é uma sociedade dotada de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, com finalidades filantrópicas, reconhecida de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n° 689/91.

Sua finalidade efetivamente, é a de desenvolver ações sociais, buscando o amparo da população carente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Deputados.

O que me traz a esta tribuna é a preocupação que tenho com a saúde de uma maneira geral, mas principalmente quando a área de saúde - ao contrário do que se esperava, que traga o bem-estar a alguma pessoa, traga o sofrimento, a dor e a angústia, como às vezes acontece em nosso País.

Quero aqui ler um artigo que foi publicado no "Estado do Paraná", de autoria da jornalista Graça Gomes, jornalista esta com quem tive a oportunidade de conviver na Câmara dos Vereadores, quando eu Vereador e ela fazia cobertura da parte política; jornalista que já fez cobertura também da parte política desta Casa, e hoje encontra-se praticamente inválida num leito. Essa jornalista fez publicar um artigo que passo a ler, para que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa. (Lê):

"DETRÁS DE UM ERRO MÉDICO
OU CARTA ABERTA AOS CRIMINOSOS

Graça Gomes

Procure ler, doutor, sobre a evolução cruel, dramática, implacável e desumana da saúde de quem se submete a uma cirurgia simples, rotineira e sai dessa com uma lesão que a torna inválida.

Procure ler, doutor, o que sente uma pessoa submetida a uma dor insuportável que não é proveniente de uma doença, e sim de um erro, de uma imprudência, de uma negligência. Procure ler para avaliar a extensão do mal, ou os prejuízos de quem, depois da cirurgia, pode ter o alívio da dor, apenas com narcóticos. Procure ler para avaliar os gravíssimos prejuízos de quem tem sua vida subtraída, ou a qualidade de vida exterminada em meio à dor.

Doutor, procure ler sobre a evolução do quadro, leia como se sente uma pessoa que tem de repente, numa cirurgia rotineira, sua vida interrompida, porque já não pode mais trabalhar, ir ao teatro, ao cinema, viajar, dançar, viver.

Leia o que acontece, doutor, com quem fica impedida para sempre de passear, ir a uma simples festa, andar pela cidade, ir a enterro de uma pessoa querida.

Leia, doutor, o que acontece com uma pessoa que está impedida de rever os amigos, de fazer novos amigos, de ir e vir livremente. Que está impedida de fazer uma simples compra, de ir a um restaurante, de correr, nadar, amar, de passear de carro, de ônibus, de trem, de navio, de avião.

Leia, doutor, o que acontece com quem fica inválida - não numa cadeira de rodas, porque até isso até seria melhor - mas, sim, condenada a permanecer deitada, porque a dor provocada pela lesão impede de sentar-se normalmente. Ou seja, a única

posição que proporciona um certo alívio é deitada.

Procure nos livros, doutor, o que acontece com paciente que tem todos os seus anseios, todos os seus sonhos, todos os seus ideais destruídos pelas mãos do médico.

Leia e saiba, doutor, que a cirurgia promovida trouxe seqüelas gravíssimas, e que a própria lesão não tem nenhum tratamento, restando, apenas, tratamento para as seqüelas secundárias, e nenhum tratamento para a própria lesão.

Procure entender, doutor, que a saúde, a integridade física e psíquica, a própria vida, são os bens mais sagrados dos pacientes. Procure entender doutor, que um médico não pode jamais, em nenhuma circunstância, destruir esses bens, porque a única função que ele tem é salvá-los.

Leia, doutor, o que acontece com uma pessoa condenada a pagar com a vida por um crime que ela não cometeu, não teve a mínima participação. E, nem poderia jamais supor que tal inconseqüência pudesse ocorrer. Procure entender, doutor, que a imprudência, a imperícia, a negligência, o erro, a lesão, a seqüela grave são atos que não se esperam, em nenhuma hipótese, de pessoas diplomadas e que carregam o título de "doutor".

Procure avaliar, doutor, que a destruição não atingiu só a essa vítima, mas, sim, também as pessoas que dela dependem, e os colegas, os amigos. Eles têm dignidade e respeito pela vida humana. Por isto, vítima, dependentes, colegas e amigos se revoltam quando são obrigados a assistir a destruição de uma vida.

Nesta semana, fomos procurados por Izabel, filha de Maria Glícia Monteiro de Oliveira, que morreu vítima de uma receita médica. Izabel narrou que a mãe dela usou um medicamento oftalmológico ao qual era alérgica e morreu vinte minutos depois. Maria Glícia era um ser humano. Izabel é um ser humano. Izabel está indignada, revoltada, enojada. Sofre uma dor desumana.

Nós todos, vítimas reais ou potenciais, dos erros e negligências médicas estamos revoltados. Queremos e exigimos um paradeiro para a impunidade médica. Queremos que os doutores despertem a sua consciência para que tenham, ao menos uma vez na vida, um ato digno: assumam os seus erros, e pelo amor de Deus, não destruam mais vidas.

Nós, vítimas, temos conhecimento de que não estamos sozinhas. Dia-a-dia chegam-nos notícias da existência de Lúcias, Leonoras, Marias, Glícias, ou Marias da Graça.

"Pós-scriptum:

Esta carta foi escrita em homenagem a

todas as vítimas dos erros, imperícias, imprudências e negligências médicas. Em homenagem ao sacrifício sobreumano imposto as próprias vítimas, que saem inválidas ou mortas pela ação de um médico.

E em homenagem aos familiares e amigos das vítimas que também passam por sofrimentos inenarráveis."

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Este é o texto de alguém que foi vítima de um erro médico e se encontra para o resto da vida numa cama, nunca mais podendo caminhar.

Esta é a homenagem que presta esta pessoa e todas as vítimas, ao médico que tem consciência da sua profissão e da necessidade de que o erro deve ser reconhecido quando cometido, e esperamos que em todos esses casos, esses erros sejam reparados pela Justiça do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Horário do Pequeno Expediente, o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A nação brasileira é talvez a nação mais fértil em contrastes sociais.

Hoje a discussão que praticamente monopoliza o debate nacional, que sensibiliza os brasileiros é a discussão sobre o combate à fome e à miséria.

O Brasil é, contraditoriamente, um dos países do mundo que tem uma quantidade de terras férteis extremamente grande em proporção ao seu território. Somos e fomos privilegiados pela natureza. Do Oiapoque ao Chuí, o Brasil é um país em que tudo se plantando, dá. Nós implantamos no país um sistema moderno de mecanização da nossa agricultura, responsável por safras enormes de mais de 70 milhões de toneladas por ano e apesar disso, nós vivemos numa Nação com cerca de 30 milhões de brasileiros em estado de subnutrição.

É exatamente para superar essa contradição entre a enorme produção de alimentos e a enorme quantidade de subnutridos em nosso país, que hoje se busca caminhos que viabilizem o acesso de alimentos a preços mais baratos à população carente do nosso país e o Paraná é um dos Estados da Federação que adotou mecanismo se não significativo, mas pelo menos, que se imaginava importante, para garantir o acesso da alimentação ao povo do nosso Estado.

Uma das maiores produções agrícolas do Brasil, nós convivemos no Paraná com um milhão e oitocentos mil paranaenses subnutridos e o Governo do Estado do Paraná, recentemente adotou a medida de diminuição da alíquota do ICMS para a cesta básica, de 17 para 7% sobre 23 produtos desta ces-

ta básica.

A Bancada do PT apoiou essa iniciativa do Governo do Estado, nós, aliás, propúnhamos até antes disso, que houvesse uma isenção total, que não fosse apenas uma diminuição na alíquota do ICMS, mas nós condicionamos o apoio a essa medida, à verificação futura se efetivamente a redução de ICMS trouxesse benefícios à população do Estado do Paraná e eu tenho em mãos um estudo que infelizmente não foi publicado pela imprensa paranaense, mas apenas pela imprensa especializada a nível nacional, mais especificamente pelo Jornal "Gazeta Mercantil", que traz um estudo do IPARDES, demonstrando que a redução do ICMS para os produtores da cesta básica não significou uma diminuição do valor do produto ao consumidor. Esse levantamento é da maior gravidade e ele indica que na sociedade brasileira mais uma vez, esta racionalidade gerada por um sistema capitalista em nosso país e um sistema capitalista predatório e, acima de tudo, egoísta, fez com que a redução do imposto que o governo estadual deferiu aos produtos da cesta básica, visando a diminuição do custo final ao produtor, foram apropriados pelos setores que intermediam a produção.

Isso nos abre, nesse momento, e ao Parlamento no Estado do Paraná, a obrigação...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência usará o horário da Liderança.

O SR. ERNANI PUDELL - ...esse fato agora demonstrado pelo IPARDES, obriga o Parlamento Estadual a adotar medidas imediatas no nosso entendimento, de revogação dessa diminuição da alíquota do ICMS, fazendo-a retornar aos níveis anteriormente praticados. Eu cito como exemplo, o caso do feijão: a colheita que se encerrou em março e foi praticamente vendida a 380 mil cruzeiros o saco de feijão, custava já no mês seguinte nas mãos dos atravessadores mais de 600 mil cruzeiros e no mesmo mês custava ao consumidor o equivalente a mais de Cr\$ 1 milhão a saca, o que demonstra que o produtor recebeu o equivalente a 1/3 do valor pago pelo consumidor.

Então nós queremos desta tribuna neste momento levar essa sugestão ao Senhor Governador que imediatamente faça revogar a redução do ICMS e o Governo do Estado do Paraná, no nosso entendimento, pode e deve se somar ao esforço nacional de combate à fome nesse país, utilizando exatamente esses recursos originários da reelevação das alíquotas de ICMS para a cesta básica, para organizar um ambicioso projeto de abastecimento alimentar em nosso Estado. O Paraná já possui uma razoável infra-estrutu-

ra de abastecimento e nós podemos imaginar parcerias e convênios que começariam desde o sindicato dos trabalhadores rurais, associações, cooperativas, passando pelas prefeituras, pelo Governo Federal e nós poderíamos no Paraná, utilizando os recursos dessa reeleição de ICMS imaginar e implantar um sistema de distribuição de cesta básica a preços subsidiados em nosso Estado à população mais carente.

E mais do que isso, este levantamento, este estudo feito pelo IPARDES demonstra, inclusive, para nós Deputados a inconveniência de mantermos essa idéia de redução de ICMS, inclusive com propostas que estão em tramitação na Assembléia Legislativa do Paraná.

Isso nos serve como um exemplo, que muitas vezes nós Parlamentares bem intencionados procurando beneficiar o consumidor, a população carente, na verdade acabamos contribuindo para aumentar ainda mais essa distorção e essa concentração de renda que se faz em nosso país através de setores intermediários e dos setores especulativos, às custas do sofrimento dos produtores e dos consumidores.

Então, nós vimos a essa tribuna trazer essa proposta ao Governo do Estado, que reveja a isenção e diminuição da alíquota de ICMS, faça retornar aos níveis anteriormente praticados e que o resultado e a receita resultante dessa elevação seja utilizada num sistema de abastecimento em nosso Estado, em parceria com os produtores, com os consumidores, com os governos municipais e o federal.

Nós temos condições, estrutura, know-how para implantar uma política ambiciosa de abastecimento no Estado do Paraná e com recursos resultantes dessa reeleição dos percentuais originais de ICMS aqui em nosso Estado.

Essa é a proposta que nós queremos trazer ao Governo do Estado, após a análise do IPARDES que concluiu que, infelizmente, os setores intermediários estão se apropriando de um benefício que deveria ser da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos recebendo manifestações dos diferentes cantos do Estado do Paraná a nível dos servidores públicos que vêm sendo ameaçados pelo Governo do Estado, devido a manifestação do dia 1º de junho, quando os servidores se mobilizaram para protestar contra a data base que lhes foi roubada pelo Governo do Estado.

Naquela oportunidade, o próprio Gover-

no do Estado dizia que o funcionalismo público não havia aderido a essa proposta, visto que o Governo do Estado vinha lhes pagando muito bem, quando nós sabemos que isso não é verdade. Propaga, inclusive, agora, o Governo do Estado e do País a pagar o funcionário público com um salário mínimo de três milhões, trezentos mil cruzeiros, quando nós sabemos também que não é verdade, quando nesta Casa passou a mensagem e nesta mensagem constava o que é a verdade. Não existe salário de seis milhões e trezentos. Existe o salário mínimo, que vem junto com uma gratificação que não representa os interesses do funcionalismo público.

Há preocupação desta Casa, funcionários desta Casa, há preocupação de diferentes segmentos do funcionalismo público, quanto a esta situação de tratamento que se dispensa aos funcionários públicos do Estado do Paraná. E naquela oportunidade, 1º de junho, quando os funcionários e alguns setores conseguiram se manifestar dizendo da sua revolta contra essa postura do Governo do Estado e o mesmo contestar, nós estamos assistindo agora a um ato interessante: Governo que cobra democracia de tantos outros, que diz da democracia de tantos outros Governos, segmentos, e principalmente tem atacado diretamente o Governo municipal do nosso partido, nós estamos vendo agora o Governo criando uma forma de ameaçar o servidor público que participou daquela manifestação, quando nós vemos, também, freqüentemente o Governo do Estado se colocando favorável a outras manifestações que não estão dentro da sua área de negociação, ali é favorável.

Agora determina o Governo de Estado que o servidor que participou dessas manifestações de 1º de junho, tenha descontado do seu salário três dias. Isso é lamentável, isso depõe contra quem? Acha viável a manifestação, o movimento em outros segmentos que não atinjam diretamente a sua competência, para lá há estímulo, para lá a manifestação é válida.

Recentemente vimos o problema do transporte coletivo de Curitiba onde o próprio Governo do Estado pedia à Polícia que se omitisse do processo. Achamos válido, porque o trabalhador tem o direito de fazer as suas manifestações, e é um direito constitucional. E estamos vendo agora, e recebemos documento, e a Bancada do PDT está registrando essa preocupação porque até na Biblioteca Pública do Paraná está acontecendo esse tipo de postura. O funcionário faltou, há suas razões, determina-se que este funcionário que já ganha, de fato, excelente salário, esse funcionário deve ter helicóptero para ir à Ilha das Cobras, passar o final de semana, e coisas desse sentido, que é pago pelo di-

nheiro do povo.

Acreditamos que não é o funcionário público que tem todas essas mordomias, e lamentavelmente estamos vendo esse tipo de postura.

Aqui estamos vendo um outro documento que é do Sindicato e empresas diversas do funcionalismo público e que através do fórum do Sindicato dos servidores públicos eles manifestam o seu descontentamento em relação a essa postura tida pelo Governo Estadual.

E estamos assistindo esse tipo de incoerência. O Governo do Estado, que tem falado tanto em democracia, por decreto já tirou data-base, já tirou o piso, já tirou o direito das eleições democráticas nas escolas públicas do Paraná, depois disse que houve uma farsa de - coloca-se em forma de farsa - que houve eleições em todas as escolas públicas do Paraná, de que foram poucas as que não participaram do processo, quando sabemos que isso é uma mentira, isso é uma vergonha na maioria das escolas públicas do Paraná não houve eleição por esse processo antidemocrático.

Vimos agora, recentemente também, que, através de decreto, instituiu-se a aprovação de 1.ª e 4.ª série. Estamos assistindo agora, recentemente, ao retorno às escolas públicas do Estado do Paraná, através de decreto, reedição do Ato Institucional nº 05.

O que é o Ato Institucional nº 05 É aquela briga que tivemos no processo revolucionário por um processo totalmente arbitrário. E o Governo do Estado agora reedita, através de decreto, na nossa visão, o AI-5 dentro das escolas, dando aos diretores, e isso tínhamos garantido na Lei nº 176 quando regulamentamos o Artigo 49 naquela Lei, garantindo a extinção da remoção ex-ofício para o funcionário em todos os segmentos, principalmente no Magistério. Agora retorna-se o AI-5 nesse Governo "democrático" dando ao diretor da escola o direito de remover o professor ou um funcionário público que ele julgar desnecessário para a escola. Obviamente, como já voltou a ingerência político-partidária para o seio da educação, onde novamente voltam os políticos, voltam os Deputados a indicar ou, pelo menos, a indicar os seus diretores. Agora volta também esta forma de tentar calar a boca do servidor público dentro das escolas públicas do Paraná.

O PDT, obviamente, está denunciando e eu tenho certeza de que é assim que pensa a maioria dos Deputados que compõem esta Casa. Cobra-se democracia, mas apenas na casa do vizinho.

Os servidores públicos do Estado do Paraná estão considerando estas atitudes como imorais, além de considerarem da se-

Curitiba, quinta, em 17.06.93

guinte forma através do Fórum dos Servidores:

"Este é um governo democrático?

Em vez de negociação, portas fechadas; em vez de valorização dos servidores públicos, ofensas: em vez da qualidade dos serviços públicos, sucateamento, em vez de transparência, omissão; em vez política salarial, abonos; em vez de reconhecimento da data-base, suspensão."

Isto precisa ficar registrado. Não é através da utilização do dinheiro público, comprando os espaços para vender-se uma falsa imagem do governo que se quer esconder esta verdade que está posta através de decreto, porque o medo da discussão neste Plenário pode atingir esta pseudo-imagem que se vende de um Governo democrático. É Governo democrático quando o processo atinge o vizinho, mas não é Governo democrático quando o assunto lhe atinge diretamente.

Concedo um aparte a nobre Deputada Emilia Belinati.

A Sra. Emilia Belinati - Eu quero me somar ao seu pronunciamento, Deputado Paulo Maia, e dizer que no nosso gabinete também recebemos diversas manifestações de diversos sindicatos protestando contra a atitude do Governador Roberto Requião em descontar os dias de trabalho, do dia 1º de junho, dia em que os servidores públicos se manifestaram paralisando na busca da volta da data-base do servidor público.

Recebemos também manifestação da Biblioteca Pública do Estado do Paraná dizendo que a direção está punindo os servidores, descontando o seu dia de trabalho.

O servidor terá que repor os dias em que ele faltara por causa da greve nos transportes coletivos.

Então, queremos, também, deixar aqui o nosso protesto contra esta atitude do Governo Roberto Requião, com relação ao servidor público que até hoje não tem uma política salarial e recebe do Governador este tratamento desumano e que faz com que os servidores se sintam cada vez mais desmotivados em prestar um serviço com qualidade para o Estado do Paraná.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço a contribuição de V. Exa.

E, fica registrado o protesto da Bancada do PDT. Aqui estamos pedindo, apenas, ao Governo do Estado, para que seja coerente com o falso discurso de democracia, porque este não é o primeiro episódio que acontece, a nível de Governo do Estado, com relação aos servidores.

Lamentavelmente, não sabemos quais as causas, mas não vemos os servidores totalmente, porque o Governo do Estado, dentro de algumas manifestações, desde que estou

no Governo, tem estimulado outros segmentos a se rebelarem contra as suas chefias e o funcionalismo público não aproveitou esta oportunidade ou esta "carona" para também fazer o mesmo, a nível de Governo do Estado. E quando vemos que uma minoria faz esta mobilização, o Governo de fato vem dizer qual é o seu discurso democrático, qual é a sua política de pessoal.

Hoje já está na televisão, já está há alguns dias, dizendo do melhor salário para os servidores públicos do Estado do Paraná.

Fica a nossa pergunta: onde está a política salarial? Onde está a democracia? Onde estão salários decentes para os funcionários públicos do Estado do Paraná?

E aqui queremos registrar o mesmo em relação aos salários dos funcionários desta Casa, que é uma outra barbaridade. Estamos vendo freqüentemente as cobranças, mas não sai de lugar nenhum uma política. E depois se cobra a decência do Poder Judiciário!

Então, está na hora de se juntar o discurso à prática. E que se elimine do seio do funcionalismo público, das escolas públicas do Estado do Paraná, as decisões por decreto. Decisão por decreto, uma introdução de um grande malefício de um professor pedagogo, que é a remoção "ex officio". Volta por decreto o direito às eleições diretas e outros dados mais, que nós acabamos de citar.

Está na hora de o Governo do Estado ser coerente com a sua política de promoção pessoal, que está aí na mídia todos os dias, gastando o dinheiro do povo!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado já inscrito, Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Sobre a experiência do governo congressional norte-americano, na obra "Governo Congressional", de 1885, o escritor Wilson, que veio retratado no sub-relatório específico feito pelo então relator da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades administrativas no BANESTADO Reflorestadora, Deputado Orlando Pessuti, manifestou-se que é o próprio dever de um corpo de representantes olhar diligentemente dentro de cada negócio do Governo e falar bastante a respeito do que vê. Ele significa os olhos, a voz e corporifica a sabedoria e a aspiração dos eleitores.

O escritor Wilson, de modo muito próprio, dizia que é importante falar bastante a respeito do que vêem os homens públicos, a respeito de cada negócio praticado pelo

Governo.

Este relatório parcial específico subscrito pelo Deputado Orlando Pessuti, lido e aprovado na reunião do dia 28 de junho de 1984, é um elucidativo sobre uma situação atual, que interessa ao Paraná e interessa ao Brasil.

No item intitulado, funcionários como sócios, ou com interesses em empreiteiras que prestam serviços, ou prestavam serviços à BANESTADO Reflorestadora, dizia o Deputado Orlando Pessuti: "Assim conclui-se que a desenvoltura com que esse funcionário atuava, e sem nenhuma preocupação em esconder seu relacionamento com a empreiteira, reflete em parte a situação caótica da empresa na administração anterior". Existem também informações, folhas 270, 271, de que o então Diretor-Técnico da Reflorestadora, Paulo Roberto Cordeiro, também era proprietário de empresa que prestava serviços à BANESTADO S/A Reflorestadora, ainda que como sub-empreiteira, Every Queen, Projetos e Execução de Paisagismo Ltda. Este é o relatório específico da CPI para apurar possíveis irregularidades administrativas no BANESTADO Reflorestadora que data de 1984. Este relatório específico retrata um conjunto de outras irregularidades a vista, na BANESTADO Reflorestadora, subscrito pelo nosso hoje Presidente, Deputado Orlando Pessuti.

Antes de chegar propriamente à situação atual - e preocupa - que é gravíssima e que afronta os interesses do Estado do Paraná e do nosso País, trago aqui uma denúncia do Ministro de Estado do Planejamento, Alex Stephanenko, segundo o Ministro de Estado do Planejamento de acordo com reportagem publicada no Jornal Folha de São Paulo do último dia 1º de junho enviará ao Presidente Itamar Franco nota técnica denunciando a disparidade dos custos de instalação de terminais telefônicos dos últimos anos de responsabilidade da TELEBRÁS, numa média de 1700 dólares em 1985, o custo subiu para 3000 dólares em 1992, depois de cobrar uma média de 2000 dólares por terminal de 79 a 86, o custo começou a se elevar no Governo Sarney alcançando 4100 dólares; em 91 baixou para 3600, até chegar a um custo médio de 3000 dólares em 1992.

Ainda, segundo a reportagem do Jornal Folha de São Paulo, segundo a área econômica de 86 a 91 a TELEBRÁS gastou quatro bilhões e cem milhões de dólares em investimentos ineficientes em função da má administração. Nessa época foram instalados mais de dois milhões e seiscentos mil terminais, os quais consumiram nove bilhões e trezentos mil dólares, 5,2 bilhões de dólares correspondem a investimentos produtivos e quatro bilhões e cem milhões de dólares foram mal empregados.

Essa é a denúncia do Ministro de Estado do Planejamento. 4,1 bilhões de dólares foram mal empregados no período de 86 a 91. O Presidente da TELEBRÁS, Doutor Aldir da Silva, afirma à Folha de São Paulo que para reverter essa situação a TELEBRÁS se empenha em adotar processos licitatórios mais cuidadosos, para reduzir os custos. Esta é a afirmação do Presidente da TELEBRÁS.

O Jornal "Gazeta do Povo" dessa semana, 14 de junho de 1993, em reportagem intitulada

A COMPRA DE TELEFONES TEM NOVO COMPLICADOR

Traz a notícia de que se os pagamentos fossem concluídos hoje, os pagamentos dos terminais telefônicos adquiridos pelos consumidores paranaenses, num preço de referência de 59 milhões de cruzeiros aproximadamente, de acordo com o índice da TELEPAR, pelo índice de mercado que vem sendo praticado pelas Corretoras atuantes no setor, pelos índices de mercado, esse valor salta de 59 milhões de cruzeiros a unidade para 75 milhões de cruzeiros, ficando a diferença, como dívida para o comprador.

Essa é uma denúncia do jornal "Gazeta do Povo" que reproduz as reclamações de consumidores paranaenses, junto à Coordenadoria de Defesa e Proteção ao Consumidor - PROCON.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos diante de mais uma denúncia que se agrega às anteriores. A "Folha de São Paulo" também, em reportagem de 2 de junho, noticia que por ordem da TELEBRÁS, foram cancelados contratos sem licitação para impressão de listas.

Diz a reportagem assinada pela Jornalista Édina Dantas: O Presidente da TELEBRÁS, Aldyr da Silva determinou anteontem a revogação dos contratos renovados sem licitação. Contrariando a lei, onde empresas do Sistema TELEBRÁS haviam renovado sem licitação, os contratos com editoras para a impressão das listas. Ainda, segundo a reportagem, a prorrogação dos contratos não obedeceu a Lei nº 6.874 de 3 de dezembro de 80 que trata especificamente da edição de listas telefônicas. Os onze contratos renovados a partir de janeiro, foram assinados em 85 e seguiram o modelo determinado pela TELEBRÁS.

Entre os contratos revogados, anulados por ilegalidade há o contrato firmado pela TELEPAR, com a empresa EDITEL que detém o monopólio de publicação das listas telefônicas. Portanto, entre as empresas que cometeram a ilegalidade e mais do que isso, a imoralidade de repactuarem contratos com empresas sem a prévia licitação, encontra-se, segundo essa denúncia, a Companhia

Telefônica do Estado do Paraná.

E as denúncias se multiplicam: em 20 de maio, é o Estado de Minas Gerais que é alcançado por denúncias que alcançam inclusive pessoas da relação pessoal de S. Exa., o Sr. Presidente da República. O Presidente Itamar Franco sabia desde 1990, segundo reportagem da Folha de São Paulo, da existência de um esquema de favorecimento a empreiteiras na empresa de Telecomunicações de Minas Gerais - TELEMIG, o então Deputado Federal Hélio Costa, na época candidato ao Governo de Minas Gerais, enviou um dossiê documentando a denúncia ao Presidente Fernando Collor de Mello, com cópia para o vice-Presidente Itamar Franco.

O Jornal Folha de São Paulo revelou que diretores da TELEMIG indicados por Itamar Franco, realizaram nos últimos dois anos, contratos sem concorrência pública com um grupo de quinze empreiteiras no valor de 70 milhões de dólares. A Folha apurou que vários diretores dessas empresas são ex-diretores ou ex-funcionários de TELEMIG.

Também a TELESC - Companhia Telefônica do Estado de Santa Catarina, segundo reportagem da Folha de São Paulo em 1º de junho: "A TELESC garantiu por escrito a empresa Pirelli-Cabo S/C, Divisão do Grupo Pirelli, que compraria 3.000 terminais telefônicos da empresa, caso ela não conseguisse vendê-los no Estado

E assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados que no Estado do Paraná, sob o comando do Dr. Paulo Roberto Cordeiro, Presidente da TELEPAR S/A, da qual é acionista o Estado do Paraná, e pessoas jurídicas e físicas do Paraná, se encontra em curso, desde o início do Governo Collor, uma verdadeira trama contra os interesses do Paraná e contra a Companhia Telefônica do nosso Estado.

Em recente polêmica havida nos meios de comunicação do Estado dizia o Presidente da TELEPAR ter promovido representação junto à Polícia Federal para apurar as denúncias que vieram a esta Casa por S. Exa. Deputado Luiz Alborghetti. Disse ter feito denúncias à Polícia Federal para apurar possível crime de calúnia, injúria e difamação cometida por um Deputado nesta Casa.

Mas eis Sr. Presidente e Srs. Deputados o que nos diz o delegado da Polícia Federal no Estado do Paraná sobre a visita feita pelo Presidente da TELEPAR à Polícia Federal do nosso Estado. Foi uma simples visita.

O Presidente da TELEPAR me ligou dizendo que teria uma grave denúncia a fazer e devido ao cargo que ocupa o Presidente da TELEPAR eu disse que poderia vir e esclarecer o que estava acontecendo. Mas quando ele chegou, veio com um batalhão de

repórteres e com eles quis entrar no meu gabinete.

Ainda, segundo o delegado Abraão Tamire, coisa que não permitiu, mas o recebi sozinho. Ele me contou a sua versão. Depois de escutar-lhe atentamente disse-lhe que a Polícia Federal só poderia tomar alguma atitude se ele fizesse uma representação, isto é, uma denúncia formal contra o apresentador Cadeia. Até hoje estou esperando que ele volte. Da mesma forma como foi feito não passou de um jogo de cena. Nada mais. Foi como se ele tivesse vindo aqui para tomar um cafezinho.

Essa é a denúncia do delegado Abraão Tamire no dia 28 de maio que é Superintendente da Polícia Federal no Estado do Paraná.

E é assim Sr. Presidente e Srs. Deputados, que à vista das publicações do sindicato dos trabalhadores do setor, à vista da defesa que fez o atual Presidente da TELEPAR dando conta ou procurando desmentir as denúncias que contra ele foram promovidas da tribuna da Assembléia Legislativa pelo Dep. Florisvaldo Fier, como também pelo Sindicato dos Telefônicos e outros setores responsáveis da sociedade dizia em sua defesa o Presidente da TELEPAR. Que esses fatos em relação à BANEESTADO Reflorestadora com sua iniciativa de determinar a instauração de uma CPI na Assembléia Legislativa onde o acusado até mesmo de ter-se apropriado de ar condicionado na BANEESTADO Reflorestadora e que, segundo ele ainda, na 5.^a Vara Criminal de Curitiba corre processo sobre o caso. Segundo o Presidente da TELEPAR, há o dossiê apresentado no programa de hoje e que denuncia irregularidades na TELEPAR.

Já no ano passado encaminhei cópias desse documento à auditoria da TELEPAR determinando uma apurada análise.

Mais uma vez ficou provado que são acusações levianas feitas por fornecedores que se julgaram preteridos em concorrências realizadas pela TELEPAR, todas, - segundo ele - inconsistentes.

Lamenta também o Presidente da TELEPAR a má fé do Jornal do Sindicato dos Telefônicos quando explora acusação formal contra o Presidente da TELEPAR, que se insurgia contra extorsão que teria contra ele sido promovida. Todas as argumentações do Presidente da TELEPAR devem ser aqui e foram por mim relevadas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Também fui destinatário de dossiê elaborado pelos setores atuantes no âmbito da TELEPAR.

Devo aqui como paranaense, como colega Parlaementar nesta Casa, manifestar a minha indignação, o meu protesto, o meu repúdio pelo modo irresponsável, entreguista, antinacional e antipopular com que vem se conduzindo a atual presidência da TELEPAR.

E, em nome dos paranaenses que aqui me trouxeram quero reivindicar o apoio para manifesto que deveríamos fazer endereçar à Ouvidoria Geral da União, à Polícia Federal do Estado, bem como ao conjunto de órgãos responsáveis pelas telecomunicações do País, pelo imediato afastamento do atual Presidente do comando da Companhia Telefônica do Paraná, bem como pela substituição imediata de toda sua diretoria, porque estamos diante - Sr. Presidente, Srs. Deputados - da clara privatização às escusas e às escuras no interesse de setores privados, que se apropriando dos negócios públicos fazem da atividade pública uma atividade de lucro, uma atividade de negócio, uma atividade de comércio.

A Companhia Telefônica do Paraná, TELEPAR S/A, da qual é sócio do Estado do Paraná implantou em nosso Estado mais de 700 mil terminais telefônicos, sem que para isso fosse necessário recorrer como hoje está recorrendo a base de licitações viciadas e fraudulentas ao setor privado. Através de um Projeto que vem denunciado nesse dossiê, denominado projeto de ampliação do sistema de telefonia na Capital, pretende-se ao custo de 300 milhões de dólares entregar, como já se entregou, a um consórcio de empresas e às suas subcontratadas, todo processo de comercialização dos telefones do Estado. Setecentos mil terminais foram implantados no Estado sem a interveniência como hoje se dá no setor privado, e do dia para noite, através de uma série de procedimentos que viciam na origem, tudo aquilo que se faz na TELEPAR entrega-se a conta de altas comissões e de grandes interesses e jogo no setor. A comercialização de todos os aparelhos de telefonia na capital e no interior do Estado.

As denúncias são graves, Senhor Presidente, Senhores Deputados, são gravíssimas. Tenho cópia e isso foi reproduzido da Tribuna da Assembléia Legislativa pelo Deputado Florisvaldo Fier, que inclusive conta bancária da Sociedade de Combate ao Câncer, ou com esse tipo, foi utilizada, como também outras contas, para as atividades de condicionamento, para as atividades de corrupção que se implantaram no interior da Companhia Telefônica do Estado do Paraná.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, à vista também da cópia de diálogo gravado e reproduzido em termos próprios - quero submeter a cada um dos Senhores Parlamentares - nós temos a notícia de que em curso na TELEPAR estão interesses de nove milhões de dólares, e que na prática significa a privatização da nossa Companhia Telefônica.

Creio, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que acima das diferenças políti-

co-partidárias, hora das controvérsias que se possa estabelecer nesse Parlamento, é hora de unanimemente esse Parlamento tomar ciência das denúncias que foram aqui colocadas e como de outras que podem ser aprofundadas para que nós, em comissão especial própria, possamos ter uma posição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sobre isso que se processa no interior da TELEPAR para que a mesma possa voltar ao controle do Paraná, dos paranaenses e dos brasileiros porque hoje foi sujeitada ao controle de grupos financeiros, de grupos econômicos e de grandes empresas interessadas em saquear o patrimônio público.

Eram essas as preliminares de uma denúncia formal que será processada junto aos órgãos competentes da República e do Estado para que possamos tirar da direção da TELEPAR os saqueadores e devolvê-la aos paranaenses.

Muito obrigado Senhor Presidente e Senhores Deputados pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Esta Presidência registra com satisfação a presença dos Senhores Paulo Pimentel de Carvalho, Vice-Prefeito de Pinhais e do Vereador de Curitiba Custódio da Silva.

No Horário do Grande Expediente convidamos, já inscrito, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, caro Vice-Prefeito de Pinhais, Paulo Pimentel de Carvalho, Vereador pela Câmara Municipal de Curitiba Custódio da Silva.

Venho a tribuna para trazer um assunto que, quero crer, mereça desta Casa uma atenção toda especial porque não podemos mais conviver com a violência que se tem verificado ao longo da BR 116.

Estou dando entrada à Mesa hoje de um documento encaminhado aos quatro Governadores do Sul baseado naquilo que se vem verificando na BR 116. (Lê):

"Os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, têm contribuído com recursos consideráveis para a precária economia do País. A produção agrícola, as riquezas naturais, o comércio com os países vizinhos: Paraguai, Argentina e Uruguai e o Mercosul, que já é realidade, encontram na BR-116 a via de integração. Por ela trafegam diariamente milhares de veículos, dos quais 80% são caminhões.

As condições da BR-116 são péssimas. Com pista simples na maior parte, não oferece estabilidade e segurança, sendo os acidentes com vítimas diários e as paralisações do tráfego uma constante que trás prejuízos incalculáveis à economia do País.

A duplicação da rodovia BR-116 é hoje prioridade para a Região Sul do Brasil e para integração nacional. Todavia, o Senhor Ministro dos Transportes, Alberto Goldman alerta que "os contratos para as obras de duplicação da pista devem ser assinados somente dentro de um ano", o que pode significar dois anos, ou mais, para a retomada das obras, paralisadas há bastante tempo.

O Paraná, como os demais Estados citados, vem sofrendo pela morte de seus filhos na chamada "Rodovia da Morte", como vem computando prejuízos em sua economia pela falta de uma segunda pista na BR-116.

As lágrimas que correm dos olhos de milhares de mães, pais, filhos, irmãos, amigos das vítimas da "Rodovia da Morte", já são suficientes para que um pequeno rio se forme para nos transportar - sem medo de que, na próxima curva surja um caminhão, ou outro veículo qualquer para tirar o nosso direito à vida.

Para nos tirar o direito e o dever de também clamar por justiça junto às autoridades competentes, para que a rodovia BR-116 deixe de ser "morte" e passe a ser "vida"; vida para aqueles que por ela transitam com seus veículos de trabalho. Vida para a economia dos Estados do Sul, como para o Brasil todo.

As tragédias se sucedem na "Rodovia da Morte". A última grande tragédia ceifou a vida de 27 pessoas. Entre elas muitos jovens e crianças com direito a um amanhã.

Culpa de quem? Dos motoristas, por se verem obrigados a transitarem com seus pesados caminhões - que transportam as riquezas saídas de nossas lavouras - numa rodovia sem segurança, sem estabilidade, com asfalto em precárias condições, com sinalização falha e numa única pista. Numa única pista onde milhares de veículos congestionam o tráfego e, rotineiramente, são obrigados a aguardarem horas a fio as paralisações causadas por acidentes ou pela revolta da população das cidades às margens da fatídica rodovia.

Onde a culpa desses motoristas, cansados, revoltados e medrosos pela própria vida? Culpa de quem? Das autoridades, que são pagas para administrar os bens do povo ou para em seu nome falar na defesa de seus direitos?

Culpa pela omissão dos governantes que elegem prioridades para favorecer interesses pessoais ou de grupos, e esquecem das verdadeiras prioridades. Como construir estradas para transportar a safra produzida pelos lavradores. Para levar a produção das fábricas, das indústrias.

Culpa dos governantes que se fecham em Brasília - ilha da fantasia - e preferem investir em usinas nucleares sucateadas, em empresas estatais falidas, em poços ar-

tesianos para Deputados, em contratos de promoção pessoal, enquanto divulgam - com a cara limpa e sem vergonha - que no Brasil, 32 milhões de brasileiros passam fome. Serão esses homens culpados?

Ou será que a culpa é do povo que os elege e indica? Do povo que se deixa enganar a cada eleição e depois, como o cordeiro levado ao sacrifício, deixa que continue a explorá-lo? Será culpado o povo que aceita os corruptos e desavergonhados como governantes e seus representantes? Ou a culpa está na boa fé e esperança de um povo sofrido, injustiçado e sem direito à educação, saúde, moradia, alimentação. Sem direito a um futuro de segurança e paz, para o seu país!".

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estou encaminhando aos Governadores do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, proposição contendo apelo para a união dos Estados, em defesa dos interesses maiores, através da duplicação da BR-116, com arrazoado, aqui, mostrando a necessidade, a importância desta duplicação. Prioridade para a Região Sul do Brasil e para a integração nacional.

Também encaminhando às autoridades competentes, às autoridades federais, aos Senhores Deputados Federais, aos Senhores Senadores com Bancada no Paraná, em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, também fazendo um questionamento e pedindo a intervenção de cada um deles, no sentido de que se apele para os recursos imediatos para esta duplicação.

Vejam o que o jornal "O Estado do Paraná" da última terça-feira fala: "Sete cadáveres por km". Ainda estão bem frescas na memória de todos as trágicas imagens daquele brutal acidente ocorrido na última quinta-feira, onde morreram 27 pessoas.

Em 12 anos, nos 408 km que separam Curitiba da capital paulista, morreram 2973 pessoas, o que significa uma média de 227 mortos por ano, ou 7,29 cadáveres por km, contados apenas aqueles colhidos na hora. Sem se contar, aqui, aqueles que sofrem ferimentos graves, vão para a UTI em estado de coma e que morrem dois ou três dias depois, uma semana ou um mês depois.

São 7,29 cadáveres por quilômetro. É impossível uma estatística completa com o corpo daqueles que aparecem posteriormente. Não se tem notícias igualmente dos aleijados, nem conhecimento exato dos prejuízos, com tanta lata amassada e carga esparramada pelo asfalto.

Por isso tudo, Senhor Presidente, é que nós fazemos um apelo aqui e encarecemos a esta Casa para que se una nesse apelo em nome do Estado do Paraná.

Mas venho também à tribuna, Senhor Presidente, para tratar de um outro assun-

to que também é bastante grave e que aconteceu ontem à noite na Região Metropolitana de Curitiba. Vejam os Senhores, nós temos aqui gritado desta tribuna da necessidade da abertura de concursos, da nomeação de pessoas já concursadas para preenchimento de cargos na Polícia Civil do Estado do Paraná. O que acontece? Concursos não são abertos e quando são abertos, expira-se o prazo desse concurso, não se nomeia, e o que ocorre?

Temos aí Delegacias de Polícia sem delegados, muitos municípios do Paraná ainda não têm delegados, se têm, é comerciante, é o dono da quitanda que é o delegado calça curta, ou então nomeia-se a famosa figura do inspetor de quarteirão. É inacreditável que aqui do lado de Curitiba, na Região Metropolitana, ainda tenhamos a figura do inspetor de quarteirão. Pois bem, ontem à noite, um desses inspetores de quarteirão foi levar uma intimação a um cidadão, e o que é que aconteceu? Acabou levando um tiro na cara e morreu. Foi ontem, no Município de Colombo, aqui na Região Metropolitana, na Vila Maracanã. Joel Martins Pereira, ao fazer uma intimação na condição de inspetor de quarteirão da delegacia do Alto Maracanã, foi recebido à bala pelo intimado e acabou morrendo. Isso aconteceu aqui do lado de Curitiba.

Então, vejam os Senhores, que uma situação dessas não é possível que se admita ainda na Polícia Civil do Estado do Paraná. A Constituição Federal, no artigo 37, inciso II, preceitua o seguinte: "A investidura em cargo, ou emprego público, depende da aprovação prévia em concurso público de provas, ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação, ou exoneração". Ainda que o mesmo artigo dispõe no inciso IX, a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. E diz ainda: "As pessoas jurídicas, as de direito público e as de direito privado, prestadores de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes dessa qualidade causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou de culpa". E, considerando servidor o inspetor de quarteirão vitimado em serviço, casado e pai de seis filhos, cria-se com a sua morte um doloroso problema social.

Então, eu estou pedindo, encaminhando um pedido de informações, porque alguém agora terá que se responsabilizar por este homem, não por ele, porque já não existe mais, está morto, mas pela esposa, que pasmem os Senhores, a esposa desse inspetor de quarteirão, borracheiro e pai de família, há três dias passou também a tra-

balhar na delegacia, sem ser concursada, sem ser contratada, passou a exercer a função de secretária de delegacia de polícia. Este é o retrato.

Então, eu estou questionando a Secretaria de Administração, perguntando se existe dentro do quadro de funcionários públicos do Estado, o cargo de inspetor de quartelão, se existe, através de que lei ele foi criado. No caso particular de Joel Martins Pereira, de que forma deu-se a sua investidura no cargo de inspetor de quartelão, ao quadro de pessoal, a que Secretaria pertencia esse servidor, e desde quando prestava serviço ao Estado do Paraná, quantos servidores na condição de inspetores de quartelão existem dentro do quadro de pessoal do Estado, normalmente onde prestam serviços. Ainda também questiono o Governador do Estado do Paraná, legalmente quais são os direitos da família do "Inspetor de Quartelão" Joel Martins Pereira; legalmente qual é a responsabilidade do Estado perante a morte do "Inspetor de Quartelão" da Delegacia de Colombo, morto em serviço. Criou-se, na verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma situação difícil para o Estado do Paraná, porque agora há um homem morto que exercia uma função de policial, para a qual não estava habilitado, não estava devidamente concursado, contratado, mas era apenas um servidor que estava prestando um serviço à comunidade, mas totalmente ilegal, além do que, a sua própria esposa também.

Então, fica aqui esse questionamento. Encaminho uma consulta também, ao mesmo tempo que encaminhamos uma consulta à Promotoria de Defesa das Garantias e Direitos Constitucionais, baseado no Artigo 37, inciso II da Constituição Federal e especificamente no inciso XXI, § 6º, que diz:

"As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

Vejam, quando não é o "Inspetor de Quartelão", quando não é o "Delegado calça-curta", nós ainda temos a figura do preso de confiança. Desde quando existe essa figura "preso de confiança"? A que preso pode-se ter confiança para, de vez em quando, entregar uma Delegacia de Polícia que transformou-se numa mini-presídio, onde os policiais saem para fazer a sua ronda normal e fica o "preso de confiança", guarda da Delegacia e aí ocorrer as fugas e ninguém é responsabilizado?

Por essa razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou fazendo esses questionamentos. A situação dramática,

Curitiba, quinta, em 17.06.93

crítica, da BR-116 - e aí, já é uma realidade; a questão do MERCOSUL e se demorarmos para melhorar as condições de tráfego da BR-116, de duplicá-la ao longo do Rio Grande do Sul, não só no trecho Curitiba/São Paulo, mas ao longo do Rio Grande a São Paulo, por onde vai trafegar toda essa economia do MERCOSUL? Já, já, não custa muito, os paulistas fazem uma rodovia ligando São Paulo a Buenos Aires. Será que vamos esperar? Vamos pagar este preço para verificar depois uma situação dessas?

Por isso apelo a todos os Senhores Governadores de Estado, para que se empenhem no sentido de fazer valer o Sul do País. Ora, se querem até separar o Sul do País do restante, porque aqui se planta, aqui se produz, aqui se trabalha, há então que, primeiro, questionar essa questão do porquê não das condições de melhorias das estradas.

Tenho, aqui desta tribuna, também usado e falado a respeito da duplicação do segundo trecho da Ferrovia Curitiba/Paranaguá. Também é uma realidade. Há um projeto já feito - já foram gastos alguns milhões de dólares para preparar o projeto e ainda não saiu do papel - e é de fundamental importância. Para quem não sabe, uma composição férrea vem do interior do Estado do Paraná, trazendo 60, 70 vagões. Apenas uma composição férrea, apenas uma locomotiva. Aí chega em Curitiba, esses 60, 70 vagões têm que ser divididos em 3 ou 4 composições, com 30, 20 vagões, puxados por 4 locomotivas, Deputado Colombino Grassano.

Quatro locomotivas são utilizadas para puxar 20 vagões, mais 4 para mais vinte, mais 3 para mais vinte para fazer o comboio de 60 vagões. Quanto custa isso para a economia do Estado do Paraná? E quanto isso demora para que essa mercadoria toda chegue ao Porto de Paranaguá?

Por isso acho que a Assembléia Legislativa precisa urgentemente, levantar a bandeira - a exemplo do que faz a imprensa, notadamente a "Gazeta do Povo", sempre procurando mostrar a necessidade, a urgente, a premente necessidade da duplicação da ferrovia Curitiba/Paranaguá e da urgente duplicação da BR-116.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Por solicitação do Presidente desta Casa Orlando Pessuti, registramos a presença do Prefeito de Virmonte, Sr. Osmar Luís Balinski.

No Horário das Lideranças consultamos o Partido Independente.

Declinado.

PTB.

Declina.

PSDB.

Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Antes de mais nada, quero agradecer a benevolência do Deputado Alceu Swarowski por me conceder o Horário do PSDB tendo em vista que alguém deve utilizar o Horário do PMDB.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu pedi para fazer uso da palavra neste instante para dar encaminhamento a um requerimento e passo a fazer a leitura para posteriormente fazer um comentário sobre o mesmo e também de mudanças que ocorreram ontem no Congresso Nacional.

(O requerimento em questão foi lido no Expediente e levou o número).

Tenho que dar alguns esclarecimentos a respeito desse requerimento, em razão do que aconteceu nas últimas horas.

Mantivemos um contato pela manhã com o Deputado Basílio Vilani e ele nos informava da retirada desta emenda, tendo em vista que houve um entendimento entre o Ministro Fernando Henrique e o Ministro Barelly confirmado pelo Presidente da Associação dos Municípios do Paraná o Prefeito Amaral aonde o Governo Federal está fazendo a seguinte proposta aos municípios brasileiros, principalmente aqueles que estão em débito com o INSS e o Fundo de Garantia.

Descontar do Fundo de Participação dos Municípios para o pagamento do Fundo de Garantia 3%, descontando do FPM ou melhor dizendo, e descontando 9% descontado do FPM para o pagamento do INSS. Portanto, 3% para o pagamento do FGTS e 9% para o INSS. Descontando, portanto, 12% do Fundo de Participação dos Municípios Brasileiros.

A proposta será encaminhada pelo Paraná, e o nosso Presidente Orlando Pessuti, será o portador de um documento da Associação dos Municípios do Paraná pleiteando 3% para o pagamento do FGTS, e 6% para o pagamento do INSS. Esta proposta está vindo da Associação dos Municípios ao nosso Presidente Orlando Pessuti, porque na segunda-feira estaremos em Brasília para podermos, evidentemente, com os demais Presidentes das Assembléias do nosso País discutirmos e fortalecer, principalmente esta oportunidade que nos foi dada através da emenda do Deputado Federal Basílio Vilani, e fortalecer essa proposta que sai do Paraná.

Assim sendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em nome do Bloco Municipalista nós agradecemos a assinatura de todos e possivelmente nas próximas semanas nós haveremos de, no Plenarinho da Assembléia, marcar uma reunião do nosso Bloco

para discutir com maior profundidade e acompanhar, principalmente em Brasília o encaminhamento dessa lei ordinária que deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional.

Obrigado Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, antes de passar à Ordem do Dia informa aos Senhores Deputados que no último dia 07 estivemos em Porto Alegre participando de uma reunião com a UPI - União Parlamentar Interestadual, onde dois assuntos principais foram debatidos: a questão ligada ao MERCOSUL, em palestra proferida pelo Senador Carlos Simão, e uma palestra referente à revisão constitucional que foi proferida pelo Deputado Federal Nelson Jobin, e posteriormente tivemos uma assembléia geral da UPI onde diversas questões foram discutidas, algumas aprovadas, que são, evidentemente do interesse deste Parlamento, principalmente no que diz respeito à revisão constitucional.

Nós fizemos, aqui, um breve relato do que ocorreu em Porto Alegre, e para não cansar os nobres colegas nós iremos encaminhar a todos os gabinetes, em forma de um relatório dessa nossa viagem, onde estivemos acompanhado do nosso assessor Dr. Harry Avon, para que os Senhores Deputados tenham conhecimento do que foi discutido.

Informo, ainda, a esse Plenário, que na próxima segunda-feira, dia 21, a partir das 9:00 horas da manhã, estaremos em mais uma Assembléia da União Parlamentar Interestadual em Brasília, onde nos faremos acompanhar pelos Deputados Toti Colaço e Basílio Zanusso, onde iremos discutir diversos assuntos de interesse da União Parlamentar Interestadual. Assuntos de interesse dos Deputados Estaduais, iremos ajustar um trabalho esquematizado através das Assembléias Legislativas de todo Brasil, no que diz respeito à revisão constitucional, e estaremos todos os Presidentes de Assembléias Legislativas do Brasil percorrendo o Congresso Nacional, e se possível alguns ministérios para nos manifestarmos em favor destas propostas que estão sendo discutidas no Congresso Nacional com referência a se encontrar um mecanismo para o pagamento do INSS atrasado, que são dívidas hoje dos municípios.

Nesse sentido, a Assembléia Legislativa na próxima segunda-feira estará sendo presidida pelo Deputado Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado, para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as condições de trabalho no campo, em especial a de menores bóias-frias. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 060/03-GP, subscrito pelo Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando que sejam tomadas as devidas providências diante do não-atendimento ao Pedido de Informações encaminhado por este Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, em data de maio próximo passado, através do Ofício n° 1811/93. À Comissão Executiva.

Ofício n° 360/93, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, ao efeito de reexame de matéria, por esta Presidência, do Projeto de Lei n° 013/93, que objetiva a criação dos Juizados Especiais para as infrações de menor potencial ofensivo e que adota outras providências. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 2021/93, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 17 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio dos Senhores Deputados João Preis, Toti Colaço e Mário Bezerra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando a realização de sessão (ões) extraordinária (s) após a presente sessão, tantas quantas forem necessárias, bem como dispensa de interstício,

com o objetivo de apreciar, em várias discussões, as matérias que necessitem ter sua tramitação finalizada. **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Djalma de Almeida César, Luiz Carlos Alborghetti, Cleiton Kielse, Dirceu Manfrinato e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Assembléia em Comissão Geral, a fim de emitir Parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 01/93, que trata de autorização para afastamento do Senhor Governador, em viagem para o exterior, conforme especifica. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 013/93 do Tribunal de Justiça, que cria o Juizado Especial para as infrações penais de menor potencial ofensivo e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

E temos também uma solicitação que nos foi formalizada pelo Presidente, Desembargador Ronald Accyoli Rodrigues da Costa solicitando a retirada da Ordem do Dia. Conforme entendimento mantido com o Presidente do Tribunal de Justiça, nós retiraremos este projeto, retornando apenas no mês de agosto após, evidentemente, em novo entendimento com o Tribunal de Justiça.

Está retirado da Ordem do Dia.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Quando nós anteontem fizemos o pedido para que o projeto fosse encaminhado à Comissão de Segurança Pública, é porque nós entendíamos que o assunto envolve peculiaridades no âmbito federal inclusive com relação ao Código de Processo Penal. Por esta razão pedimos a sua retirada.

No nosso requerimento também proponho que se faça um amplo debate convocando a Ordem dos Advogados do Brasil, Secretaria da Segurança Pública e Ministério para que se analise o projeto para, depois, então, a Assembléia poder votar com muita tranquilidade este projeto de lei.

Então, é por esta razão que nós pedimos o envio desse projeto para a Comissão de Segurança Pública porque tínhamos certeza de que se estava passando por cima de uma lei maior, passando acima do Código de Processo Penal e, conseqüentemente, a Assembléia do Paraná não poderia correr o

risco de aprovar um projeto que seria totalmente inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está aprovado o Requerimento do Deputado Algaci Túlio.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 013/93.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 395/92, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, autoriza o DETRAN a proceder o licenciamento, a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados pelo CONTRAN. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P..

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Emilia Belinati, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01,
PROJETO DE LEI N° 395/92.

Fica acrescido ao final do art. 1° do Projeto de Lei n° 395/92, a seguinte redação:

Art. 1° - CONTRAN, não podendo este fazer qualquer indicação de fabricante, pois de livre escolha do usuário.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

Apoio: Algaci Túlio e Emilia Belinati.

JUSTIFICATIVA:

A emenda se faz necessária para evitar discriminação entre empresas, privilégios inconstitucionais, e possível formação de cartel e/ou truste. Há que se considerar que existem oficinas da confiança do usuário, típicas do local, e que fabricam o aparelhamento necessário à adaptação do veículo, a preços reduzidos. E ainda, que o DETRAN/PR já possui norma disciplinadora para tal adaptação e nosso Estado vem procedendo adequadamente, com a aprovação do DETRAN, a adaptação dos veículos aos deficientes físicos.

O projeto irá às Comissões para a apreciação da Emenda. O projeto está com a sua discussão encerrada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 119/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, requer a doação dos terrenos, pertencentes ao Estado do Paraná Lotes n°s 01 a 08, Quadra A-2, Zona Armazém, para o Município de Umuarama/Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C..

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Emilia Belinati, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 119/93.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01,

Fica acrescentado um parágrafo único ao art. 1°, bem como a destinação a que se refere a doação, ao final deste artigo, com a seguinte redação:

Art. 1° - Paraná, para construção da Central Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - O imóvel, objeto da doação concernente ao "caput", será exclusivamente utilizado para construção da Central Municipal de Saúde, ficando gravado com cláusulas de inalienabilidade e reversão automática ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada destinação diversa.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO
DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

Apoio: Algaci Túlio e Emilia Belinati
JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a importância da obra supramencionada para a região, se faz imprescindível que a mesma seja garantida, e seus munícipes a desfrutem, por isso a emenda.

O projeto está em discussão. O projeto retorna às Comissões e voltará em 2ª votação.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 145/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério, autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Sengés, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 146/93, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig, denomina Engenheiro Geraldo Sica Pinto, o trecho da PR-419 - segmento da BR-116 (Areia Branca dos Assis - Agudos do Sul, km 16). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 147/93, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig, denomina Engenheiro Osmar Pinterich, o trecho da PR-281 - segmento BR-316 (Tijucas do Sul - Agudos do Sul). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 170/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, denomina-se a Rodovia PR-317, de Ro-

dovia Vereador Severino Gomes da Silva, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 185/93, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO, que denomina a Cadeia Pública de Ponta Grossa de "Cadeia Pública Hildebrando de Souza", localizada no Núcleo Residencial Santa Maria, naquele Município. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.S.P..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 185/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho tem por finalidade denominar a Cadeia Pública de Ponta Grossa de "Cadeia Pública Hildebrando de Souza", localizada no Núcleo Residencial Santa Maria, naquele município.

O plano de lei em estudo, já foi devidamente analisado pelas duntas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, que através de seus relatores, oferecem parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Segurança Pública, não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder. É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

PROJETO DE LEI N° 185/93
EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01,

Art. 1° - O Art. 1° do referido projeto passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1° - Fica denominada "Cadeia Pública Delegado Hildebrando de Souza", a Cadeia Pública de Ponta Grossa, localizada no Núcleo Residencial Santa Maria, no mesmo Município.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoiamto: Luiz Carlos Alborgheti, Nelson Garcia, Duílio Genari, Eurides Moura, Djalma de Almeida César e Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

A denominação torna-se mais clara e mais completa com a colocação do título de Delegado.

Desta forma, procura-se evitar equívocos quanto ao cabimento da presente proposição, pois trata-se de prestar uma homenagem a um homem que prestou relevantes serviços à comunidade ponta-grossense, no

Curitiba, quinta, em 17.06.93

exercício de sua profissão.

O projeto está em discussão. O mesmo será enviado às Comissões, para que processem Parecer à Emenda.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 176/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel ao Município de Matinhos, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, de autoria de diversos Senhores Deputados, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 176/93
EMENDA DE PLENÁRIO, DE N° 01,

Altera o Art. 1° do Projeto de Lei n° 176/93, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Matinhos, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na zona urbana daquela cidade, com as seguintes características: frente para a Avenida do Contorno, medindo 100,00 metros; para quem da Avenida do Contorno olha o imóvel na lateral direita mede 188,00 metros, divisando com uma rua projetada; na lateral esquerda mede 188,00 metros, divisando com a área 132-A, nos fundos mede 100,00 metros, divisando com a área 132-A, perfazendo desta forma a área total de 18.800 (dezoito mil e oitocentos) metros quadrados, objeto da matrícula n° 22.259, do Registro de Imóveis de Paranguá".

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamto: João Iensen, Júlio Bifon e Luiz Carlos Martins.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA
DE PLENÁRIO, DE N° 02

No Art. 1° do Projeto de Lei n° 176/93, onde se lê: "a área total de 188,00 m²".

leia-se: "a área total de 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos) metros quadrados".

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamto: Nelson Garcia, Luiz Carlos Zuk, Djalma de Almeida César e Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

Na descrição do imóvel, constante do documento do Registro de Imóveis, anexo ao Projeto de Lei em epígrafe, consta como área total 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos) metros quadrados, e não 188,00 m². Daí a necessidade de se processar a alteração proposta.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
Acrescente-se o parágrafo único ao

Art. 2º da Proposição supra, com a seguinte redação:

Parágrafo Único - O imóvel, objeto da doação referente ao caput deste artigo será, exclusivamente, utilizado para a construção do Hospital Municipal de Matinhos, ficando o mesmo gravado com cláusulas de inalienabilidade e reversão automática ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada destinação diversa.

Sala das Sessões, em 17.06.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoio: Algaci Túlio e Emilia Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Dada a importância da matéria, se faz necessária a presente emenda, com vistas a garantir a construção do hospital, assegurando a destinação do imóvel para finalidade proposta.

O projeto está em discussão. O projeto retorna às Comissões, para os Pareceres necessários às Emendas.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que torna obrigatório o exame de vista no ato de matrícula de aluno na rede estadual de ensino, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 11, de 08.03.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 56/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Carlos Simões, o presente Plano de Lei torna obrigatório o exame de vista no ato de matrícula de aluno, na Rede Estadual de Ensino, conforme especifica.

Chamada a opinar, esta Comissão em análise desta proposta, não encontrou óbices de natureza legal, constitucional e regimental, que impeçam sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 56/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Carlos Simões, o presente projeto de lei torna obrigatório o exame de vista no ato de matrícula de aluno, na Rede Estadual de Ensino, conforme especifica.

Chamada a opinar, esta Comissão de

Educação não encontrou óbices que impeçam a normal tramitação do projeto de lei em tela.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.04.93.

(aa) OSWALDO TREVISAN - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 56/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Carlos Simões, tem por finalidade tornar obrigatório o exame de vista no ato de matrícula de aluno na rede estadual de ensino, conforme especifica.

A medida proposta já foi devidamente analisada pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Educação, que através de seus relatores ofereceram parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Saúde Pública não encontrou nenhum óbice que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.05.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/93, de autoria do Deputado João Preis, que denomina o Município de Mandaguá de "Capital da Laranja da Região Noroeste do Estado". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 22.03.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 085/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado João Preis, denomina o Município de Mandaguá de "Capital da Laranja da Região Noroeste do Estado".

Conforme justifica o autor, a medida "é uma maneira de homenagear um povo ordeiro e trabalhador" que "vem cuidando seriamente de expandir a produtividade e renda de sua agricultura".

Não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Baseado nestas considerações, emito parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 13.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/93, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que altera o artigo 2º da Lei nº 7.568/82 e revoga a Lei nº 9182/90 e fixa

o valor da pensão mensal das viúvas dos ex-Governadores do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. (Publ. no D.A. n° 31 de 13.04.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 124/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Sr. Deputado Nelson Garcia, objetiva conceder às Viúvas de ex-Governadores do Estado do Paraná que tenham exercido o cargo por mais de um ano, uma pensão mensal no valor de Cr\$30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), atualizados de acordo com o índice percentual geral de reajuste do funcionalismo público do Estado.

Procedida a análise da proposta, nada encontramos que possa obstar legalmente, constitucional ou regimentalmente a normal tramitação processual legislativa da matéria.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, ao presente projeto de lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 31.05.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 124/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Nelson Garcia, tem por objetivo alterar o artigo 2° da Lei n° 7.568/82, revogar a Lei n° 9.182/90, e fixar o valor da pensão mensal das viúvas dos ex-Governadores do Estado do Paraná.

Após exame, verificamos nada haver que impeça a normal tramitação do plano de lei em apreço, razão pela qual opinamos favoravelmente ao seu encaminhamento à elevada apreciação do Plenário.

Sala das Comissões, em 09.06.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

Em votação.

Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados; tal Projeto de Lei visa atender à pensão mensal das viúvas dos ex-Governadores do Estado do Paraná.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, gostaríamos que todas as viúvas brasileiras, principalmente as dos trabalhadores rurais sem-terras, as dos trabalhadores em geral, que percebem menos que salário mínimo, ou de trabalhador desempregado, que também tivessem as suas pensões corrigidas

Curitiba, quinta, em 17.06.93

de acordo com os índices colocados.

Achamos que, se um setor da sociedade tem alguns direitos, esses direitos devem ser isonômicos para toda a sociedade. Somos contrários que se apresente projetos que visam atender um pequeno setor e esse setor passa a ser privilegiado perante o restante da sociedade; e tal lei, é um privilégio. E fazendo tal correção ainda se presenteia este privilégio.

Nós do Partido dos Trabalhadores somos contra e votaremos contra a tal projeto, contra não só à questão da correção, mas contra o privilégio concedido a esse setor, uma vez que a classe trabalhadora, aqueles que realmente produziram a riqueza do nosso País, na sua grande maioria estão pedindo esmola, são viúvas, são mulheres que andam pelas ruas vivendo de esmola alheia, pedindo pratos de comida; e esses setores da sociedade têm como se sustentar sem necessitar do erário público, têm como viver sem a necessidade de usar a verba pública, que é contribuição inclusive do miserável, da viúva pobre que na hora que vai comprar o seu quilo de arroz ou de feijão está pagando ICMS, que será uma parte dele, será conduzida a um setor da sociedade, que se merece, essa miserável, esse miserável, essa cidadã também merece ter a sua pensão digna e corrigida de acordo com o que pede o Sr. Deputado.

Por isso o PT vota contra.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, discordo de maneira veemente com as declarações e o discurso do Sr. Deputado Doutor Rosinha- Esse Estado tem que ter memória, temos que preservar esta memória, temos que manter viva a lembrança daqueles homens que prestaram serviços relevantes ao Paraná, e cujas viúvas devem merecer o amparo do Estado porque eles serviram com dedicação, com amor, com civismo o Paraná.

Não se pode esquecer a figura de Bento Munhoz da Rocha Neto, a figura do Doutor Parigot de Souza, dos ex-Governadores que muito fizeram pelo Paraná, que deram exemplo de seriedade, de responsabilidade, de alta dignidade ao exercerem a função de Governador do Estado do Paraná. Eu acredito que essa Assembléia Legislativa prestará, votando esse Projeto, uma homenagem póstuma a dois ex-Governadores, dos quais muito o Paraná se honra porque serviram esse Estado com amor e com muita dignidade.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Primeiro re-

gistrar o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e segundo para dizer que todos os agricultores do Estado do Paraná serviram esse Estado, enriqueceram esse Estado, enriqueceram a Nação e morreram e suas viúvas não percebem absolutamente nada, é o caso dos meus parentes e de muitos dos Deputados aqui, inclusive a senhora minha mãe, e meu pai sempre trabalhou para o enriquecimento desse Estado, mereceria também. E nós da Bancada do PT apresentaremos emenda estendendo tal direito de pensão a todas as viúvas paraenses.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 155/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que faculta aos professores integrantes do Quadro Próprio do Magistério, optar por um segundo padrão através de aulas extraordinárias. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 40 de 03.05.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 155/93

P A R E C E R:

Trata-se de proposição visando facultar aos professores integrantes do Quadro Próprio do Magistério Estadual a opção por um segundo Padrão através de aulas extraordinárias.

O projeto obedece as prescrições regimentais e não possui laivo algum de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

Somos de parecer favorável a sua apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 11.05.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 155/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei em análise, visa facultar aos professores integrantes do Quadro Próprio do Magistério, optar por um segundo Padrão, através de aulas extraordinárias.

Entendemos que tal iniciativa encontra-se revestida legalmente, com a finalidade precípua voltada aos interesses da classe educadora.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão de Educação, chamada a opinar, vem seguir o entendimento da Comissão supracitada, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.93

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente

Júlio Bifon - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 184/93, de autoria do Deputado Mário Bezerra, que dá nova redação ao inciso I, do Art. 4° da Lei n° 8.084, de 05 de junho de 1985 (ICMS). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. (Publ. no D.A. n° 47 de 12.05.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 184/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei 184/93, de autoria do Deputado Mário Bezerra, da nova redação ao inciso I, do Art. 4° da Lei 8084, de 5 de junho de 1985, que trata do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços.

Nos aspectos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria e sua apreciação pelo Plenário, sendo favorável à sua aprovação.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 25.05.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 184/93

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei de autoria do nobre Deputado Mário Bezerra, que objetiva dar nova redação ao inciso I, do art. 4°, da Lei n° 8.084, de 05 de junho de 1985. (ICMS).

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante aos aspectos legal, constitucional e regimental, recebendo desta parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3°, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente, opinando pela aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 184/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 197/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 015/93, fica aprovado um crédito suplementar no Orçamento Geral do Es-

tado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de cruzeiros), e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 59 de 26.05.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 197/93

P A R E C E R:

Veio a esta Assembléia Mensagem Governamental sob o n° 015/93, que objetiva a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O valor desse crédito servirá para a ampliação das metas físicas em 300 mil toneladas no programa de calcário, executado através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Os recursos que servirão para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Secretaria de Estado dos Transportes, conforme discriminados nos anexos I, II, III e IV que acompanham o anteprojeto.

Inexiste óbice de natureza legal, constitucional ou regimental à sua normal tramitação.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento deste ao Plenário.

É nosso parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 197/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 015/93, o presente plano de lei objetiva aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistindo pois óbice de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável a aprovação do presente Plano de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 198/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 017/93, fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Es-

tado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 19.350.000.000,00 (dezenove bilhões, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 59, de 26.05.93 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 198/93

P A R E C E R:

Veio a esta Assembléia Mensagem Governamental sob n° 017/93, que objetiva a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 19.350.000.000,00 (dezenove bilhões, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O valor desse crédito servirá para a implantação e exploração da mina de calcário dolomítico, no Município de Guapirama.

Servirá como recurso para a cobertura do crédito, cancelamento de dotação da Secretaria de Estado dos Transportes, conforme discriminado nos anexos I, II, III, IV, V e VI que acompanham o anteprojeto.

Inexiste óbice de natureza legal, constitucional ou regimental à sua normal tramitação.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento deste ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 198/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 17/93, o presente projeto de lei tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 19.350.000.000,00 (dezenove bilhões, trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a normal tramitação do projeto de lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 199/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 018/93, fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Es-

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 009/93, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1992. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas. **Aprovado, com o voto contrário do PT.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 009/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica aprovada a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 1992.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.93.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

Apoiamento: Basílio Zanusso, Emilia Belinati e Cleiton Kielse.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROPOSIÇÃO N° 18/93

P A R E C E R:

Em trâmite para análise por esta Comissão, conforme Ofício n° 01/93, a Proposição n° 18/93, a Proposição n° 18/93, encaminha o Relatório do Exercício Financeiro de 1992, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Constatou-se do exame do relatório, que o realizado orçamentário atingiu o montante de Cr\$ 113.753.001.547,48 (cento e treze bilhões, setecentos e cinquenta e três milhões, hum mil, quinhentos e quarenta e sete cruzeiros e quarenta e oito centavos), ocasionando um aumento proporcional de 876,36% (oitocentos e setenta e seis vírgula trinta e seis por cento), em relação ao exercício de 1991, situando-se abaixo do índice inflacionário do exercício que atingiu 1.129,45% (hum mil, cento e vinte e nove vírgula quarenta e cinco por cento).

Constatou-se também que a Lei Orçamentária previa um total de recursos no valor de Cr\$ 31.907.840.000,00 (trinta e hum bilhões, novecentos e sete milhões e oitocentos e quarenta mil cruzeiros), que em virtude dos altos índices inflacionários ocorridos no período, e de acordo com o artigo 6° da Lei n° 9883, de 26 de dezembro de 1991, foi corrigido em 232,50% (duzentos e trinta e dois vírgula cinquenta por cento), e pelo Decreto n° 1875 e Leis n°s 10.196 e 10.192, foi suplementado o orçamento em Cr\$ 10.688.000.000,00 (dez bilhões, seiscentos e oitenta e oito milhões de cruzeiros), perfazendo um total

de Cr\$ 116.781.568.000,00 (cento e dezesseis bilhões, setecentos e oitenta e hum milhões, quinhentos e sessenta e oito mil cruzeiros).

O balanço financeiro, exigido pela Lei n° 4.320 de 1964, totalizou uma receita de Cr\$ 158.948.381.569,25 (cento e cinquenta e oito bilhões, novecentos e quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e hum mil, quinhentos e sessenta e nove cruzeiros e vinte e cinco centavos), com um aumento percentual em relação ao exercício anterior de 910,64% (novecentos e dez vírgula sessenta e quatro por cento), e o balanço patrimonial, também fazendo parte das exigências contidas na Lei n° 4320/64, totalizou um ativo de Cr\$ 34.279.514.265,37 (trinta e quatro bilhões, duzentos e setenta e nove milhões, quinhentos e quatorze mil, duzentos e sessenta e cinco cruzeiros e trinta e sete centavos).

As despesas com pessoal e encargos sociais no exercício de 1992, foram de Cr\$ 95.511.443.023,23 (noventa e cinco bilhões, quinhentos e onze milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, vinte e três cruzeiros e vinte e três centavos), correspondendo a 83,96% (oitenta e três vírgula noventa e seis por cento), do realizado.

Para atender os gastos com a manutenção dos serviços da administração, transferência a Pessoas e Auxílios, utilizou-se a importância de Cr\$ 18.241.558.524,25 (dezoito bilhões, duzentos e quarenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte e quatro cruzeiros e vinte e cinco centavos), representando 16,04% (dezesesseis vírgula quatro por cento), do realizado.

As despesas de Capital na parte orçamentária não registrou gastos, sendo que toda a despesa realizada foi retirada dos recursos de Cr\$ 26.531.437.675,13 (vinte e seis bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, seiscentos e setenta e cinco cruzeiros e treze centavos), que somados ao saldo do exercício de 1991, totalizou Cr\$ 28.336.973.074,80 (vinte e oito bilhões, trezentos e trinta e seis milhões, novecentos e setenta e três mil, setenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos), sendo deste total autorizado gastos de acordo com as Resoluções 161/85 e 160/90 e Decreto Lei n° 444/89, desta Assembléia Legislativa.

Das informações extraídas do relatório apresentado, provou-se que os Demonstrativos Orçamentário e Financeiro, estão em perfeita consonância com a legislação vigente.

Tais fatos, levam este relator a emitir o seu parecer FAVORÁVEL, na forma do

tado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 63.720.000.000,00 (sessenta e três bilhões, setecentos e vinte milhões de cruzeiros), e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 59, de 26.05.93 - Mens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 199/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através de Mensagem Governamental nº 018/93 - objetiva colher desta Casa de Leis, a autorização para abertura de crédito suplementar, ao Orçamento Geral do Estado do Paraná, no valor de Cr\$ 63.720.000.000,00 (sessenta e três bilhões, setecentos e vinte milhões de cruzeiros), para aplicação pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, na forma que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, encontrando-se a matéria em condições de merecer a apreciação do douto Plenário.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 199/93

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental nº 018/93, o presente plano de lei objetiva aprovação de um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, conforme a Lei Estadual nº 10.195, no valor de Cr\$ 63.720.000.000,00 (sessenta e três bilhões, setecentos e vinte milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistente pois óbices de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável à Aprovação do presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/93, de autoria do Poder Executivo -

Curitiba, quinta, em 17.06.93

Mensagem nº 019/93, fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 13.621.187.000,00 (treze bilhões, seiscentos e vinte e um milhões, cento e oitenta e sete mil cruzeiros), e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 59, de 26.05.93 - Mens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 200/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 019/93, datada de 20 de maio de 1993, objetiva colher desta Assembleia Legislativa, autorização para abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.621.187.000,00 (treze bilhões, seiscentos e vinte e um milhões, cento e oitenta e sete mil cruzeiros), ao vigente Orçamento Geral do Estado, em virtude do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da Superintendência Estadual do Esporte e do Turismo - SETUR, no ano de 1992, na forma que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa do plano de lei.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 200/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/93, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.621.187.000,00 (treze bilhões, seiscentos e vinte e um milhões, cento e oitenta e sete mil cruzeiros), ao orçamento da SETUR, conforme especifica.

Sobre a matéria houve pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que obste à tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

Projeto de Resolução apresentado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.93.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito de V.Exa. a inclusão na Ordem do Dia de segunda-feira, o regime de urgência que foi aprovado em 15 de abril de 1.993 que diz respeito à aprovação do relatório final da Comissão Parlamentar para averiguação da situação do índio no Estado do Paraná. Foi aprovado há dois meses atrás o regime de urgência e não foi incluído na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência já solicitou à Diretoria Legislativa as providências necessárias, mas até o presente momento, a matéria não chegou à Diretoria de Apoio ao Plenário para ser incluída na Ordem do Dia.

Iremos urgenciar para que isso ocorra, porque é do nosso interesse também que isso venha a Plenário.

Sobre a Mesa, requerimentos n°s 1920 e 2017, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente.- **Aprovados.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2006, de autoria dos Senhores Deputados Lourenço Fregonese e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1918, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2003, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2018, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1990, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento n° 1999, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1964 a 1966, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente.- **Aprovados.** - À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2004, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Decido apreciar os requerimentos lidos no Expediente da presente Sessão Ordinária, na Sessão Extraordinária que será realizada logo após.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após a presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 197, 198, 199 e 200/93.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Decreto Legislativo n° 001/93.

Marca ainda uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 056, 085, 124 e 155/93.

e do de Resolução n° 009/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 398/91; 038, 043 e 157/93.

e do de Lei Complementar n° 164/93.

Levanta-se a sessão.